

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

MARCONES ALVES DA SILVA

**JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE: PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
EM GRUPOS PASTORAIS**

BACABAL
2017

MARCONES ALVES DA SILVA

**JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE: PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
EM GRUPOS PASTORAIS**

Trabalho apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a., Janayna Silva Cavalcante de Lima.

**BACABAL
2017**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Marcones Alves da.

Juventude e Religiosidade: Processos de socialização de jovens em grupos pastorais / Marcones Alves da Silva. - 2017.

40 f.

Orientador(a): Janayna Silva Cavalcante de Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal-MA, 2017.

1. Juventude. 2. Pastoral. 3. Religiosidade. I. Lima, Janayna Silva Cavalcante de. II. Título.

MARCONES ALVES DA SILVA

**JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE: PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
EM GRUPOS PASTORAIS**

Trabalho apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito para
a obtenção do título de Licenciatura em Ciências
Humanas/Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Janayna Silva Cavalcante de Lima (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Profº. Me. Marcio Javan Camelo de Lima

Universidade Federal do Maranhão

Profº. Me. Jorge Luiz Feitosa Machado

Universidade Federal do Maranhão

Dedico a Deus, que me guiou nesta longa caminhada, aos meus amigos que confiaram em minhas capacidades, a cada um e cada uma que conheci nesta jornada, aos que conhecerei no decorrer do tempo, aos movimentos eclesiais e sociais que me possibilitaram uma nova visão do mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois D'ele emana toda a força e vigor de continuar a caminhada;

A todos que cooperaram para elaboração deste trabalho, a todo corpo docente da UFMA – Campus Bacabal, de modo particular minha orientadora e amiga, Prof.^a Dr.^a Janayna Cavalcante;

Aos meus familiares, em especial minha querida Mãe, que sempre presente me deu palavras de força e coragem;

A todos os meus amigos, os que de forma carinhosa estiveram mais próximos nesse período de formação: Willyan Kelson da Silva Rocha, grande irmão e amigo que esteve do meu lado, principalmente nessa reta final; A minha querida e grande amiga Franciane Silva Sousa, a quem carinhosamente chamo de “Fran,” que sempre me animou nos dias difíceis e sempre esteve do meu lado.

A PJ de todo Maranhão no qual contribui no serviço pastoral e aprendi muito na minha formação como pessoa e como cidadão.

A todos que de forma espiritual se fizeram presentes. O meu muito obrigado!

Nunca percam a esperança e a utopia, vocês são os profetas da esperança, são o presente da sociedade e da nossa amada Igreja e por sobre tudo são os que podem construir uma nova Civilização do amor.

(Papa Francisco)

RESUMO

Apresentamos nesse trabalho no primeiro momento um resgate histórico das juventudes e sua relação com o sagrado, suas relações com a sociedade e a religiosidade como base de suas identidades nas sociedades em que viveram, sabemos que não há uma só juventude, cada geração tem vivências e realidades diferentes. A religiosidade é algo próprio do ser humano, todos e todas têm dentro de si essa marca, buscamos entender como a religiosidade marca a juventude que está inserida nos grupos da Pastoral da Juventude (PJ) e como se dá esse processo de socialização e crescimento desses jovens no espaço em que estão inseridos, provocando assim uma reflexão profunda do fazer e agir desses jovens na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Juventude; Pastoral; Religiosidade;

ABSTRACT

We present this work in the first moment in historical rescue of the history of the youths and relation with the sacred, their relations with a society and religiosity as base of their identities in the societies in which they lived, different Realities. Religiousness is something that belongs to the human being, everyone has within them this brand, we seek to understand how a brand of religiosity marks a youth that is inserted in the pastoral groups of the Youth Ministry (PJ) and how this process of socialization takes place And the growth of young people in the space in which they are inserted, thus provoking a deep reflection and acting young people in contemporary society.

Keywords: Youth; Pastoral; Religiosity;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A JUVENTUDE TEM UMA HISTÓRIA	12
1.1 Grécia antiga	12
1.2 Cultura Romana	14
1.3 Idade Média e Modernidade	15
1.4 Modernidade: um recorte da juventude no Brasil	19
1.5 Sociologia da juventude	22
1.6. Os diversos paradigmas sobre a juventude	24
2 A JUVENTUDE SE FAZ E SE REFAZ	29
2.1 Pastoral da juventude e os processos que educam na fé	30
2.1 O método que fez e faz história- Ver- Julgar- Agir	32
3 JUVENTUDE E CATOLICISMO NO BRASIL	34
3.1 A ditadura militar e o protagonismo juvenil: as juventudes nadam contra a corrente.....	37
3.2 Retrato da Religiosidade no Brasil.....	40
3.4 Religiosidade como dimensão humana	42
3.5 Secularização	45
3.6 A relação juventude e religiosidade	46
4 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O pensar e o refletir a juventude podem manifestar-se de diferentes formas, a religiosidade é ponto de partida e chegada deste trabalho, viajamos pela história das juventudes desde a antiguidade até a modernidade. O motivo da escolha desse tema se dá pela falta de trabalhos acadêmicos voltados para a temática da juventude e religiosidade, e também pela experiência empírica pessoal dentro da Pastoral da Juventude.

Abordamos também as longas jornadas de luta da juventude brasileira ao longo da ditadura militar no Brasil, a Igreja Católica foi uma grande força aliada as juventudes frente ao modelo de sociedade imposto na época.

Enfocaremos com um olhar reflexivo e crítico a ação da Pastoral da Juventude (PJ), analisando os processos de educação na fé com um olhar de dentro, um modo de ver o mundo, significando o discernir, o ver e o conceber o mundo, uma maneira particular de construir o mundo. A sociologia da juventude é pouco conhecida no mundo acadêmico, aqui apresentamos os diferentes paradigmas da juventude e como se dá a concepção de juventude até hoje.

É apresentado um retrato da religiosidade hoje e como a juventude a concebe nas práticas sociais, a religiosidade é o horizonte do velho e do novo paradigma da sociedade, que faz e refaz nas diversas realidades juvenis, a juventude é capaz de (re) inventar novas formas de conceber o sagrado. Finalmente confrontamos a religiosidade apresentada por George Simmel com o modelo de religiosidade apresentada pela igreja através da PJ.

A religiosidade é apresentada como uma dimensão humana que está intrinsecamente ligado ao ser, todos têm em sim um ser religioso, isso não significa que precisam estar em alguma religião. O ser religioso é natural. Um olhar de dentro da igreja também vê o jovem como lugar teológico, como morada do sagrado, ou seja, o lugar da novidade, no entanto em meios as diversas realidades juvenis tão antagônicas na sociedade, o divino no jovem também se manifesta até que ponto nessas realidades juvenis? Tentaremos elucidar essa e outras questões nesse trabalho.

1 A JUVENTUDE TEM UMA HISTÓRIA

Numa perspectiva histórica faremos uma construção da linha do tempo da história da “juventude” até então não era constituída como categoria social, cada sociedade construiu uma delimitação comum entre infância e juventude, “sabemos que em diferentes sociedades os modos de inserção das crianças na vida adulta assume diversas formas, podendo ser lenta e gradativa ou uma transição realizada mediante rituais específicos do qual participam todos os membros adultos daquela sociedade” (CASSAB, 2011, p. 147), tentaremos elucidar como se deu essa construção da juventude na sociedade, no período que tange desde a Grécia antiga até a Modernidade e como essa juventude se tornou participante das tomadas de decisões nas sociedades. Mais à frente trataremos especificamente deste ponto, referente à participação juvenil e, à imagem que as gerações adultas produziram sobre a juventude, trataremos da história social da juventude apontando diferentes interpretações e leituras sobre ser jovem, muitas das representações que se tem do jovem e da juventude hoje, são herdeiras de representações pretéritas oriundas do pensamento ocidental europeu. Para Tomazi “não se pode almejar alcançar uma concepção homogenia ou uniforme da juventude, porque tanto a história como as culturas são ambíguas e dinâmicas, não são estáticas ou imóveis e as suas análises também são sempre plurais” (TOMAZI, 2013, p. 29)

Vale lembrar que em torno da categoria juventude, muito mais que questões relacionadas a uma determinada faixa etária, deve-se levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas, nas quais a juventude aparece como uma construção histórica, social e cultural, com fronteiras institucionais e jurídicas móveis através do tempo e do espaço. Ela é tecida num processo dinâmico e de mutação permanente. O movimento é sua marca e a inovação, o seu signo (DIÓGENES, 1998). Trata-se de um período particular que antecede a idade adulta, que pode alongar-se ou abreviar-se, conforme os indivíduos, as classes sociais e as condições políticas e sociais. A juventude é por natureza, fugidia e impregnada de simbolismos, potencialidades e fragilidades, carregada de inexplicáveis ambiguidades.

1.1 Grécia antiga

Cada tempo tem sua própria juventude, cada sociedade tem um constructo próprio de sua realidade e seus costumes, no entanto algo comum em todas as sociedades e em todas as épocas é o fato de a “juventude” ser vista ainda como um “objeto problemático” ou como um “animal” a ser domado, como já dizia Platão, “ – de todos os animais selvagens, o homem jovem é o mais difícil de domar” a juventude na Grécia antiga era tida como insuportável, sem postura, simplesmente terrível (HESÍODO, 720 a.C. *apud* TOMAZI, 2013, p. 25).

O período helenístico tinha uma grande preocupação na educação dos jovens, era preciso educar os jovens para a sociabilidade, para a vida social, para viver na cidade e na civilidade. Segundo Platão, “o tempo da juventude é o tempo das aprendizagens, da emulação dos concursos, do conhecimento, do território e dos exercícios físicos”. Segundo Tomazi (2013) os jovens gregos detinham seu tempo em atividades do atletismo como a corrida, a luta e a caça, ou seja, uma forma de distinção social, enquanto os jovens escravos e os camponeses que não habitavam na *polis* além de servir seus amos e senhores não tinham nenhuma prática que fosse tida como relevantes tampouco registradas para a posteridade.

Ainda na Grécia antiga temos o mito do jovem Hércules filho de Zeus (deus dos deuses) e da mortal Alcmena, Hércules o grande herói, que com sua grande força e tenacidade é capaz de dominar até um leão, capaz de subjugar os monstros que dominam a humanidade e a ameaçam em toda a parte. Ele não precisa ser educado, nem treinado, não tem necessidade de aprendizado, é rebelde a qualquer educação e o que faz é por intuição espontânea.

Em uma taça, conservada em Munique, quatro jovens erguem os braços em sinal de escândalo: eis que o discípulo Hércules, empunhando um banquinho, corre atrás do mestre, que procura escapar com a lira na mão. Se Hércules encarna a juventude, é na rebelião, na recusa da ordem, rejeição da rude disciplina da educação antiga (LEVI e SCHMITT, 1996, p. 54).

O jovem Hércules passa pela história como jovem rebelde agressivo e inovador, atento, dado aos estudos e impulsivo, que se volta igualmente contra o mestre e luta contra os monstros.

Em Apolo deus do Sol nota-se a juventude absoluta, os deuses gregos são idênticos aos homens raivosos, ciumentos, eventualmente generosos, eventualmente magnânimos, mas com todos os defeitos humanos, menos um defeito, os deuses nunca envelhecem, a imagem de Apolo um deus grego que nunca envelhece que vive para sempre, a imagem que persegue muito aos homens, como viver para sempre; que seria ter diante de si todo o tempo.

1.2 Cultura Romana

Um dos mitos que tem contagiado a humanidade no decorrer dos séculos é o da Fonte da Juventude que se reportava a deusa Juventas, na cultura greco-romana, havia um culto de *Iuventas*, à “juventude” que era uma divindade, para qual fora construído um templo em 207 a.C. As enormes perdas humanas decorrentes das guerras, faziam crescer as súplicas e apelos à deusa *Iuventas*, divindade não somente dos jovens que militavam no exército, mas de toda a juventude romana, a quem devia prover fecundidade e preservação (TOMAZI, 2013, p. 48).

Paul Veyne (1989) em sua obra intitulada *O Império Romano*, afirma que aos doze anos os destinos de meninos e meninas romanas se diferenciavam. Enquanto as meninas, já então na idade núbil, eram oferecidas em casamento, tornando-se adultas, os meninos, pertencentes a famílias abastadas, davam continuidade aos seus estudos.

Segundo Frascetti (FRASCETTI, 1996, p.71) “ao se pensar em juventude na civilização romana que divide a infância até os 15 anos. Estaria ele na *adulescentia* entre os seus 15 e 30 anos e na juventude dos 35 aos 40 anos”. Idades muito antagônicas comparadas as que concebemos a adolescência e juventude hoje. A Roma Antiga até o século II a.C não conheceu esse período de idade, que hoje chamamos de adolescência e juventude. Fazia-se uma passagem direta da idade infantil para a adultidade por meio do rito *cívico-religioso*.

O prolongamento da adolescência e da juventude explica-se pela instituição do pátrio poder, pilar da sociedade romana. O momento de transição do jovem se dava com a troca de toga que ocorria aos 15 anos para os meninos, essa troca de vestimenta simbolizava que o jovem era um cidadão livre e gozava de plenos direitos. Em seguida o jovem era levado em cortejo até o Capitólio e o Fórum, estes espaços eram a praça simbolizavam a vida política da cidade.

Na puberdade ele passava da religião doméstica e das orações em família à religião de Estado com os cultos públicos. Verdadeiro rito de iniciação. Essa passagem à idade adulta, militar e religiosa tinha o equivalente em Atenas na efebria quando se fazia o serviço militar de dois anos. Era obrigatório para os jovens de mais de 18 anos. Esse período de treinamento era um “noviciado cívico” de preparação moral e religiosa ao pleno exercício dos direitos e dos deveres do cidadão. Ao fazer juramento, o efebo proclamava: “eu não desonrarei esses exércitos sagrados. Combaterei pelos deuses e pelos lares”. Isso só valia para os rapazes em Roma como na Grécia. Quem não carregava armas não tinha direito de votar.

Para Frascetti (1996) as associações juvenis tiveram grande importância nos três primeiros séculos do império romano no ocidente, pois tivera uma dupla razão para tal interesse que é a de ingressar o jovem na vida política e a de exercer um controle social sobre eles. Para o autor a juventude assume tanto um caráter de transição, momento de preparação para o mundo dos adultos e para a vida pública, quanto uma conotação perigosa. Momento a ser vigiado e controlado pela ordem adulta. No entanto não há como afirmar que existia uma maioria legal ou uma autonomia ao pátrio poder. É a figura do pai que detém o poder e que define quando o jovem deve trocar de vestes. No séc. II d.C com a remodelação moral cristã, muitos dos atos até antes permitidos, agora passam a ser reprimidos, enfatizam-se os benefícios de se controlar e reprimir os prazeres da juventude em prol de temperar o caráter. Casar cedo era o indicio de que sua juventude não havia sido depravada.

1.3 Idade Média e Modernidade

Chegando à Idade Média vemos que a juventude não é uniforme nem imóvel, segundo Pastoureau o mundo medieval apresenta dois sistemas etários:

O primeiro era composto por uma divisão da sociedade associada às quatro estações e aos quatro elementos. Assim, prossegue o autor, a infância seria a primavera, a juventude medieval o verão, momento das tempestades e do calor, a “idade média” o outono e a velhice, o inverno. Um segundo sistema de classificação social privilegiava a idade. A *infantia* correspondia do nascimento até os sete anos, quando então o indivíduo passava para a *pueritia*, idade que se estendia até os 14 anos. Já a *adulescentia* correspondia ao período dos 14 aos 21 anos, a *juventus*, dos 21 aos 35 anos e, por fim, a *virilitas*, dos 35 aos 55 anos. (PASTOUREAU, 1996, p. 271).

No entanto essa definição da Idade Média referente à juventude era muito flexível, o primeiro sistema obedecia a uma lógica profana, enquanto o segundo uma visão clerical religiosa, o que regia esse período era os dogmas religiosos e a moral, por isso o jovem no medievo assim como na antiguidade era frequentemente associado a desordem.

Muitos escritos pintavam a juventude como rebelde, raivosa, como transgressores da ordem social e da moral.

É nas imagens do fim da Idade Média que devemos buscá-los [os jovens], nas figuras grotescas e nas marginálias, nas misericórdias, nas muitas raras representações da vida estudantil, dos rituais de inversão, do carnaval ou das algazarras; na representação das festas e dos divertimentos, e mesmo na iconografia de certo número de vícios ou de atividades desonestas. Ali os jovens dançam, jogam, gritam, trapaceiam. Ali ridicularizam as autoridades e os poderes estabelecidos. Ali introduzem ritmo e música. (PASTOUREAU, 1996, p. 259).

Diante desse cenário o papel da sociedade era disciplina-los, orientando seus corpos para os exercícios úteis e, sobretudo fazer com que se casassem para evitar a fornicação e o adultério. Como vimos o jovem agora é regido por critérios morais, a juventude passa a ser relacionada à liberdade e à violência, por isso observa-se algo em comum desde a antiguidade que é usado para conter as explosões juvenis encerrando então a juventude com o ‘casamento’ e a herança.

Segundo Flandrin (1992) sobre a França medieval, mostra uma situação em que a ideia de juventude em si não existia:

Na Idade Média, a Igreja enfraquecera o poder paternal ao reconhecer a validade dos casamentos [...], desde que os rapazes tivessem treze anos e meio e as raparigas onze anos e meio. E, a partir do século XII, ela considerava o casamento um sacramento que os cônjuges se davam a si próprios por troca de consentimentos. [...] [Séculos depois] os protestantes – incluindo os anglicanos – viam [...] o consentimento dos pais como tão essencial ao casamento como o consentimento dos esposos. (FLANDRIN, 1992, p. 141-142).

Os jovens no medievo se reuniam em confrarias para beber e se divertir, esses jovens eram aprendizes de seus pais na maioria dos casos, ou seja, havia uma determinada ‘classe’ da população jovem que ocupava esses espaços, como o mundo parecia estranho e perigoso, eles viam nesses grupamentos uma forma de segurança e/ou bem-estar e também uma forma de escapar do controle quase absoluto dos pais. O sonho da maioria dos jovens no medievo era se tornar um cavaleiro cortejado pelas moças que suspiravam ao vê-lo retornar do campo de batalha, era também uma forma de protagonismo associada a juventude.

No período medieval nos deparamos com a imagem de Francisco de Assis, um Jovem típico de sua época que busca poder e glória através das cruzadas, essa era umas das formas do jovem ser reconhecido naquela sociedade como sujeito social, ou seja, ser respeitado na comunidade a que pertencia e diante de toda a sociedade, Francisco também é espelho até os dias atuais para milhares de jovens, que buscam se aventurar e fazer uma mudança radical na sua vida, partindo do princípio religioso de entrega total a Deus e a uma causa.

Entre os séculos XIII e XIX em diante, período marcado pela “revolução burguesa”, dar-se início a um novo modelo de sociedade tendo como foco principal a estruturação do sistema capitalista e a revolução industrial, diante desse novo modelo a juventude também passa a ser percebida como uma etapa da vida na qual os indivíduos.

Possuiriam uma maneira própria de ver, sentir e reagir – características que seriam específicas dos jovens. A partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida, em que se desfruta de certos privilégios. Um momento

entre a maturidade biológica e social. Com a industrialização, os jovens, filhos da burguesia, são liberados do trabalho. Entende-se esse período como uma transição, durante o qual o indivíduo deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho. Caberia a esses jovens o estudo e o preparo para uma profissão. (CASSAB, 2011, p. 151).

A família que até então era a única responsável pela educação dos filhos passa a dividir também com a escola a responsabilidade de educar seus filhos, a escola buscava impor uma disciplina total e constante, portanto procurou-se enfatizar:

A modernidade dos conteúdos, a eficácia dos métodos e a qualidade sob todos os aspectos – religioso, moral e intelectual – do resultado final, que permite aos jovens fazerem bonito papel na sociedade e exercer os cargos e profissões que as famílias desejam e aos quais lhe asseguram o acesso sua posição, fortuna, rede de relações ou simples acaso. (AYMARD In CHARTIER, 1991, p. 429).

O ensino era verticalizado e oferecido somente a uma parcela da população, o colégio servia controle dos impulsos e como regulador da moral, além de educa-los para a obediência ao patrão e a propriedade. Com o capitalismo emergente criou-se uma educação para o individualismo, com o objetivo de preparar o jovem para a vida adulta, este que por sinal era “estava a mercê de instintos primários que devem ser reprimidos e de que é preciso ‘sujeitar seus desejos ao comando da Razão’. Assim, colocar na escola equivalia a tirar da natureza” (GÉLIS In: ARIÉS & DUBY, 1991, p. 324).

Se por um lado os filhos da burguesia tinham esse tempo de preparação da vida adulta, tendo o acesso à educação por outro os jovens filhos dos operários eram obrigados a trabalhar desde os 13 anos sendo submissos a família e não podendo desfrutar em nada do fruto do seu trabalho. Esse período da história é de suma importância para compreendermos porque a juventude pobre foi associada à vadiagem e tida como “problema social”, como foi constituída a “imagem” da juventude no senso comum na atualidade, como a juventude pobre foi associada a marginalidade e ao desvio. Perrot nos apresenta algumas características da juventude operária do século XIX, segundo ela essa juventude não tinha pouco ou nenhum horizonte, pois ainda não tinham os mesmos direitos que os adultos, lhes cabia a obediência, o silêncio e o trabalho.

A juventude é, por um lado, um privilégio de certos segmentos em relação aos outros deles excluídos e, por outro lado, ao mesmo tempo, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade. (PERROT In: ARIÉS & DUBY, 1991, p. 355)

Como o jovem alcançava sua independência? Os jovens (homens) tinham alguns caminhos que podiam lhe conceber a independência, um deles era o casamento, formando um

novo núcleo familiar, dessa forma ingressando no mundo adulto, outro meio possível era ingressar no exército, funcionando inclusive como um rito de passagem para a vida adulta. A juventude era um privilégio sendo aqui posta como fase de transição para a vida adulta, ou seja, os jovens operários tinham pouco ou nada de aproveitamento dessa fase de sua vida, enquanto os jovens burgueses estavam nas escolas e universidades.

Na passagem do século XIX para o XX a juventude recebe rótulos até hoje reproduzidos pela sociedade. Segundo Cassab (2011):

A juventude passa a ser associada a um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites, essa imagem parece vestir como uma luva os jovens operários. Temidos individualmente ou em seus agrupamentos, são prontamente identificados por um suposto caráter vagabundo, libertino e contestador/desordeiro. Essa representação da juventude como um todo e, em especial, a operária, explica as estratégias de controle sobre os jovens. Com os filhos dos operários o controle se dava, em grande medida, pelo trabalho e pela polícia. (CASSAB, 2011, p. 155).

A sociedade capitalista industrial batiza o jovem como transgressor e violento, para tanto esse indivíduo deve estar em constante vigilância e disciplina. Com a modernidade e o avanço das ciências médicas, a condição juvenil ganha ‘identidade’- “rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos de ser adolescente, constituindo uma identidade adolescente” (COIMBRA & NASCIMENTO In: FRAGA e JUNIANELLI, 2003, p. 4), é sob essa lógica que a juventude se torna um perigo para a sociedade. Com essa perspectiva o jovem operário passou ainda mais a sofrer com rotulação da sociedade capitalista industrial, sendo criminalizado por ser jovem e mais ainda por ser pobre.

O higienismo perverso categoriza a pobreza como prerrogativa para a violência, marginalizando ainda mais a juventude operária, seguindo a prerrogativa de que das boas famílias esperava-se a virtude e das famílias desestruturadas a prerrogativa para o crime e a marginalidade, vejamos segundo Coimbra o tratamento para com a pobreza e os pobres:

Aos ‘pobres dignos’, que trabalhavam, mantinham a ‘família unida’ e “observavam os costumes religiosos”, era necessário que lhes fossem fortalecidos os valores morais, pois pertenciam a uma classe ‘mais vulnerável aos vícios e doenças’. Seus filhos deveriam ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Os pobres considerados ‘viciosos’, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, eram portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios. Representavam um perigo social que deveria ser erradicado; daí a necessidade de medidas coercitivas também para essa parcela da população, considerada de criminosos em potencial (COIMBRA & NASCIMENTO In: FRAGA e JUNIANELLI, 2003, p. 24).

A criminalização da pobreza é a herança deixada e cultivada até hoje pelo sistema capitalista, encoberto ainda por valores morais advindos de uma elite burguesa ‘religiosa’ que se preocupa apenas em ter o controle econômico e ‘moral’ seguindo uma lógica conservadora de religião. É nesse cenário que adentramos o século XX, colocando a juventude em pauta como problema social, personificada na violência e no desvio da conduta moral. Daí surge a necessidade de melhor entender a juventude e classificá-la como uma categoria social, sendo objeto de estudo da sociologia. Segundo Sousa (2010) a história da juventude só tem sentido se compreendida no interior da história da sociedade. Essa tem como determinação fundamental e indispensável as relações entre as classes sociais e seus desdobramentos, perpassada por divisões, valores e diversos interesses.

1.4 Modernidade: um recorte da juventude no Brasil

Até aqui vimos que a juventude, não tinha voz e nem vez num mundo dominado por adultos, ficando difícil exercerem um real protagonismo juvenil colocando-se como construtores da sociedade, sua práxis era limitada ao trabalho e/ou no serviço das “armas” (exército).

Abordaremos a ‘modernidade’ numa perspectiva sociológica e política do ponto de organização da juventude, vemos que há uma emancipação da categoria jovem em relação ao conceito de juventude, e abordaremos também os diversos modos de ser jovem e as juventudes emergentes na modernidade, tendo como foco central a organicidade da juventude católica e sua religiosidade como fatores positivos à emancipação e protagonismo da juventude no Brasil.

Ao falarmos de juventude aqui trataremos da abordagem sociológica e da psicologia social, entendendo a juventude, ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita, no entanto, sabemos que “na sociedade as representações existentes sobre juventude, são sempre incapazes de abranger a diversidade presente no cotidiano juvenil” (TOMAZI, 2013, p. 73), a juventude vem sendo uma construção social e por isso assume concepções e compreensões diferentes, conforme os momentos históricos.

As primeiras experiências de organização dos jovens no Brasil ocorreram sob a égide do movimento abolicionista no século XIX. Os jovens abolicionistas abriram as portas para a ação juvenil, tendo uma atuação radical em defesa dos escravos e organizando inclusive fugas em massa (CACCIA-BAVA, 2004). Nos anos 1920 três grandes movimentos

de expressão da consciência política dos jovens foram inaugurados: o Movimento da Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Movimento político-partidário que deu origem ao PCB. Segundo Caccia-Bava (2004, p. 64), “Os grupos de jovens se formaram em torno desses movimentos e foram protagonistas de novas ideias, novas concepções de nação e de Estado”.

Segundo Sofiate (2004) entre os anos 1930 e 1950 os jovens organizados possuíam como principal característica a solidariedade ao movimento classista. Havia também um protagonismo nos projetos unificadores da nacionalidade. Os principais movimentos de juventude desse período foram: juventude integralista, o início do movimento estudantil com a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes) e o movimento religioso em torno da Ação Católica.

Na década de 60 a juventude passou a apresentar-se para a sociedade com maior ênfase por intermédio do movimento estudantil, com suas variadas tendências político ideológicas, e da juventude católica, organizada na ACE (Ação Católica Especializada). Novaes (2000) afirma que esses jovens, principalmente organizados em entidades partidárias e sindicais, apresentavam-se na relação com a classe trabalhadora de forma igual e impessoal, apesar da grande heterogeneidade dos agrupamentos juvenis. Os jovens do movimento estudantil eram provenientes majoritariamente da classe média urbana e questionavam profundamente os valores da cultura e da política. Nesse contexto da década de 1960, a influência estudantil era hegemônica e levava para o seu interior grande parte dos agrupamentos juvenis existentes como, por exemplo, os jovens católicos da JUC (Juventude Universitária Católica).

Na década de 1970, em virtude da repressão da Ditadura Militar, há em seu início pouca movimentação da juventude. Prevalcia uma maior articulação no interior da IC a partir dos “Movimentos de Encontro” que possuíam cunho espiritualista e eram profundamente comprometidos com a resolução dos problemas psico-afetivo dos jovens. As outras juventudes que resistiram a esse processo, em sua maioria, atuavam nos movimentos clandestinos de luta armada e guerrilha.

Nos anos 1980 há o surgimento das *tribos urbanas* que são retratados por Abramo em seu livro *Cenas Juvenis*. A autora destaca o surgimento de agrupamentos de jovens presentes, principalmente, nas grandes cidades brasileiras como, por exemplo, os *Punks* e os *Darks*. Cardoso (1995, p. 26) afirma que nos anos 1980 houve um enfraquecimento do movimento estudantil, pois a “identidade estudantil não ‘passava’ mais pela política, como ocorreu nos anos 60 e 70”, havendo uma despolitização desse movimento a partir dessa

década. Portanto, a partir dos anos 1980 há um distanciamento da militância tradicional: a referência não era mais o partido e o sindicato, mas o movimento social específico. Assim, nesse processo os jovens passam a assumir novas formas e perspectivas de participação social e política. Um exemplo desse processo é o nascimento do Movimento Cultural Hip-Hop e a militância da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB).

Na conjuntura dos anos 1990, o perfil juvenil é, na perspectiva de Sousa (1999, p. 13), de uma “juventude que vive um tempo distante das grandes utopias transformadoras”. Os anos 1990 vêm comprovar a tese de que a juventude não é necessariamente portadora de utopias e projetos de transformação. Segundo Sousa (1999, p. 25), “Intenções, utopias, projetos, rebeldias, transgressões são elementos concretos nas relações vividas por essa faixa etária, mas, isolados como comportamentos próprios dos jovens, não são explicativos das relações que envolvem a juventude”. As subjetividades e as condições sociais dos jovens dos anos 1990 estão marcadas por condições diversas e distanciadas dos métodos de realização das utopias revolucionárias. A preservação da individualidade enquanto controle social é vista como legítima. “Fazer política, para esses jovens, não pode ser um ato que abafe a individualidade, pelo contrário, *o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um*” (SOUSA, 1999, p. 194, grifo do autor).

Portanto, o jovem quer ser autônomo dentro do grupo e, ao mesmo tempo, vê o grupo como uma referência para o reconhecimento das ideias compartilhadas. A juventude dos anos 1990 é uma geração individualista: não “abre mão” dos seus desejos. Sendo assim, não “há causa coletiva que o arrebate para uma condição que tenha como limite rever sua autonomia individual” (SOUSA, 1999, p. 200). Entretanto há de se destacar a presença dos “caras pintadas”, protagonistas do movimento de impedimento do exercício da Presidência de Fernando Collor de Mello, e a juventude do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), considerado como um dos únicos movimentos sociais que resistiram ao estabelecimento do neoliberalismo no Brasil.

Mas o que passa a predominar nesse período em termos de organização juvenil são os movimentos culturais articulados em torno da música, do teatro e da dança. Cardoso (1995) insiste na ideia de que não devemos comparar os jovens dos anos 1960 e 1970 com os jovens dos anos 1980 e 1990. Isso porque ambas as juventudes possuem modos diferentes de participação nos espaços de sociabilidade. Por exemplo, na opinião de Novaes (2000, p. 54) “Os jovens, através de atividades culturais e experimentos sociais, podem trazer para a agenda pública a questão dos sentimentos e contribuir para a mudança de mentalidade”. Dessa forma, a autora vê como positiva a participação da juventude dos anos 1990 nos movimentos

culturais e lúdicos. Para Sousa (1999, p. 14) “os conteúdos das ações coletivas dos jovens de hoje não significam nem retrocesso nem avanço, mas o que é possível historicamente sua geração ser portadora”.

Para entender as mudanças ocorridas no perfil da juventude nos últimos anos, é necessário compreender as mudanças da própria sociedade brasileira, principalmente no que tange a questão educacional, trabalhista e política. Parte-se do pressuposto que os espaços privilegiados pela juventude para participação na sociedade foram mudando conforme o desenvolvimento histórico, sendo que nos anos 1960 e 1970 havia o predomínio do sindicato e movimento estudantil, nos anos 1980 nos movimentos sociais e nos anos 1990 os jovens atuam de forma diluída e fragmentada nos movimentos culturais e lúdicos.

1.5 Sociologia da juventude

Podemos apontar o início do século XX como marco inicial para os estudos de uma “sociologia da juventude”. Embora questões relativas a este tema já fizessem parte das preocupações investigativas dos teóricos da Escola de Chicago, na década de 20, – que o tratou a partir da questão do desvio social – foi só a partir dos trabalhos de Karl Mannheim que a sociologia avançaria nos estudos deste tema ainda pouco explorado.

É assim que Mannheim, já em 1928, apresenta em seu ensaio “o problema das gerações” questões como: as mudanças geracionais; a transmissão dos bens culturais para as gerações seguintes, bem como a necessidade de novos portadores de cultura para a revitalização da dinâmica social. Desta forma, o autor inaugura os estudos pioneiros dentro do que ficaria conhecido posteriormente como “sociologia da juventude”. Depois dele, outros teóricos seguiram na abordagem do universo estudantil; ora estabelecendo um diálogo, ora ressaltando novos aspectos ainda não trazidos pela investigação sociológica. Mannheim inova ao trazer para o campo sociológico questões ainda não exploradas (ou pouco exploradas) por esta disciplina como, por exemplo: a questão da juventude nas sociedades modernas, bem como seu estudo sobre as gerações. Desta forma, o autor lança as bases para a pesquisa da juventude que serviriam de apoio, anos mais tarde, para os pesquisadores brasileiros deste tema. Para Mannheim (1982, p. 69) a geração não é um grupo “[...] que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros [...]”. Tampouco se assemelha as associações como as organizações com estatutos escritos, etc.

Mannheim procura aproximar a noção de geração a uma outra categoria social. Desta forma, a geração é apresentada pelo autor como algo que se assemelha estruturalmente

à posição de classe (ocupada por um indivíduo na sociedade). O autor explica que o indivíduo pertence a determinada classe, quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não. Da mesma forma se dá com a geração: o indivíduo pertence a determinada geração quer tenha ou não consciência disso, quer aceite ou não.

Para Mannheim (*idem*, p. 69), “a posição de classe baseava-se na existência de uma estrutura econômica e de poder em transformação na sociedade. Enquanto que a situação de geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana”. Groppo (2000, p. 20) entende que, desta forma, “a geração poderia ser considerada uma vivência social criada a partir de um fundamento natural”. Embora Mannheim (1982, p. 72) relacione a situação da geração a fatores biológicos, o autor vai insistir na ideia de que a geração, enquanto fenômeno possui características peculiares que não são de ordem biológica:

Não fosse pela existência de interação social entre seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte (MANNHEIM, 1982, p. 72).

É assim que para Mannheim é preciso situar o conceito de geração sem perder de vista seu vínculo com os processos históricos e sociais. A geração diz respeito a um grupo de indivíduos – situados numa mesma fase de vida – e que partilham de uma situação comum da qual é possível vivenciar experiências e ações típicas desse grupo.

Mannheim trabalharia mais tarde nos estudos sobre a juventude. Este tema foi abordado em seu ensaio “*o problema da juventude na sociedade moderna*”, desta maneira Mannheim (1968, p. 69) nos apresenta a seguinte problemática: “qual o significado da juventude na sociedade? [E] com que pode a juventude contribuir para a vida da sociedade?”. A novidade sociológica sobre o tema é ressaltada pelo próprio autor em dois pontos: o primeiro diz respeito a análise histórica e concreta em que a juventude atuará; o segundo, está ligado à reciprocidade entre juventude e sociedade, tal conceito de reciprocidade dialoga com George Simmel que trabalha o processo de socialização que veremos mais frente com mais profundidade.

Segundo Silva (2010) os estudos sobre o conceito de geração e juventude de Karl Mannheim traz para o campo das questões sociológicas o debate sobre este tema até então esquecido (ou deixado de lado) pela sociologia clássica. A sua retomada por cientistas sociais brasileiros no início dos anos de 1960, dá continuidade a este debate a partir dos marcos de uma sociedade industrial levantando questões que buscaram pensar a singularidade da juventude brasileira.

A sociologia da juventude não caminhou na direção de uma possível homogeneização teórica, fundada na biologia, sobre a adolescência ou a juventude, mas sim, para uma abertura cada vez maior à diversidade de concepções.

1.6. Os diversos paradigmas sobre a juventude

Vimos até aqui que a juventude é socialmente construída, uma representação simbólica e que não há um “enquadramento homogêneo” para definir a juventude.

[...] uma representação forjada, tanto pelos grupos sociais, quanto pelos próprios jovens, e que busca traduzir um conjunto de comportamentos, atitudes, aparências a ela atribuídos [...] sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. (CASSAB, 2011, p. 159).

Algumas conceituações que norteiam a juventude, a princípio é possível destacar três: a primeira é conceituar a juventude com uma faixa etária de idade, a segunda relaciona o jovem como uma fase de transição (moratória social), transição da infância a vida adulta e uma última, que associa a juventude a um eterno devir, a um projeto de futuro, sendo, portanto, negado o presente.

Para Marialice Foracchi (1965, p. 302) “juventude é, ao mesmo tempo, uma fase da vida, uma força social renovadora e um estilo de existência”, sendo que cada sociedade constitui o jovem a própria imagem.

No entanto não existe somente uma juventude como afirma Groppo (2000, p. 18) a própria “criação das juventudes é um dos fundamentos da modernidade”, desta forma o autor deixa claro que não podemos trabalhar com um único conceito de juventude, mas com o termo *juventudes* para compreender uma multiplicidade de condições juvenis presentes na sociedade brasileira. Para Regina Novaes (2006), várias juventudes convivem em um mesmo tempo e espaço social, havendo também diferenças entre os jovens que vivem em uma mesma sociedade, como no caso da nossa sociedade brasileira.

Vejamos alguns elementos para melhor conceituar “as juventudes”, trazemos aqui algumas formas de concebê-la segundo estudos de Hilário Dick (2003).

Dentre as características apontadas como centrais da juventude estão: a *transitoriedade* (na qual aparece um desequilíbrio e nada é permanente para os jovens); a *marginalidade* (os jovens estão excluídos ou a “margem” dos processos de decisão, do acesso aos bens e do mundo social); *adaptabilidade* (os jovens são receptivos e abertos às novas influências e mudanças); os jovens são potencialmente *sujeitos de mudanças* (em princípio

não são progressistas nem conservadores, mas podem solidarizar-se com movimentos sociais); resistentes (reagem contra o mundo e a realidade social identificada com os adultos). Outras duas categorias incorporadas à juventude são as de *representação sociocultural* e uma *situação social*. A primeira considera a juventude uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos; a segunda é entendida como realidade ou situação vivida em comum por indivíduos tidos como jovens. A *categoria social* da juventude tem grande importância também para o entendimento das sociedades modernas e suas transformações. Isto é, ao procurar compreender a situação social dos jovens faz-se necessário ao mesmo tempo entender a realidade sociopolítica e econômica como um todo.

Ao tratar da juventude enquanto construção social, sobrevém o conceito de *moratória vital*. Nessa perspectiva, a juventude aparece como um período de vida onde a pessoa está de posse de um excedente temporal e de um crédito, de algo que se tem a mais e que se pode dispor; é como um capital temporal que carrega consigo um potencial energético e um leque de esperanças, promessas e opções. O que se distingue aqui é o juvenil do não juvenil e não os jovens dos não jovens; logo haveria tanto jovens como não jovens que podem ser juvenis ou não. A capacidade produtiva e criativa, a força e a resistência, entre outros aspectos, são inerentes à idade ou período juvenil, independente de classe social, etnia, cultura, gênero, religião ou meio social a que pertencem.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos (OMS/OPS, 1985). Já no Brasil recentemente em 2013 foi sancionado o Estatuto da Juventude com a Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que considera jovem as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, questionava-se o limite de idade até 29 anos, considerado extenso por alguns. Segundo Tomazi (2013) na modernidade não há uma transição definida de passagem para a vida adulta:

Para a juventude, uma das marcas da modernidade que se diferencia das sociedades tradicionais é que, nestas, havia rituais de caráter iniciático que marcavam

solenemente a passagem dos jovens à comunidade dos adultos, tornando-os os novos transmissores do patrimônio cultural; enquanto na modernidade cada um é obrigado a construir individualmente a sua inscrição no espaço social e religioso, num contexto plural, dinâmico, de indeterminação crescente e aceleração das mudanças identitárias. (TOMAZI, 2013, p. 208).

Em resposta a tais observações, verificou-se que esta compreensão ampliada da juventude se justifica por fenômenos sociais contemporâneos que incidem no alongamento da condição juvenil, em parte pela necessidade de estender o tempo de escolaridade e formação profissional, mas também pelas dificuldades de inserção da atual geração de jovens no mundo do trabalho e em outras dimensões da vida adulta.

A lei dispõe dos direitos dos jovens, vejamos no capítulo II do Direito à cidadania, à Participação Social e à Representação Juvenil:

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

O estatuto dispõe de políticas que fomentem a participação do jovem na sociedade de forma ativa e garante na forma da lei esse direito, incentivando as juventudes a assumirem os diversos espaços de participação social, e sua livre organização na sociedade, os movimentos sociais e os espaços das igrejas privilegiados da participação juvenil na atualidade.

A juventude é a fase do ciclo de vida em que se concentram os maiores problemas e desafios, mas é, também, a fase de maior energia, criatividade, generosidade e potencial para o engajamento.

Os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente. Os dados são do Censo 2010, último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2010).

A juventude brasileira “é marcada por uma extrema diversidade e manifesta as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade” (CNBB, 2010, p. 27) trata-se de um contingente populacional bastante significativo, em idade produtiva, que se constitui como uma importante força a ser mobilizada no processo de desenvolvimento de nosso país.

Dentre as várias diferenciações que recortam a juventude, estão as de classe social, cor e etnia, sexo, local de moradia, as diferentes situações de responsabilidade frente à família, além das variações relativas ao gosto musical ou estilo cultural e as pertencas associativas, religiosas, políticas. Nesse contexto vários elementos são importantes para entender as juventudes no Brasil, deste modo para:

Compreender a crescente individualidade. O isolamento, a perda de valores simbólicos e a angústia em relação a um futuro incerto, entre outros aspectos a sociologia da juventude deve deter-se nos detalhes e aspectos da cotidianidade dos jovens, buscando decifrar o significado dessas experiências e as potencialidades que as mesmas podem oferecer no sentido de recuperar a memória e os vínculos perdidos ou de estabelecer novas formas de coletividade e de reconstrução das identidades em questão. (NUNES e WELLER, 2011, p. 56).

Como elemento importante para visualizar as juventudes hoje inúmeras pesquisas retratam as diversas realidades juvenis, nota-se um crescente aumento no campo acadêmico, interesse que ultrapassa as fronteiras disciplinares e envolve profissionais, pesquisadores, órgãos e instituições públicos e privados e organizações não governamentais.

Cardoso e Sampaio (1995) organizaram uma bibliografia temática comentada sobre juventude contextualizada sob uma perspectiva sociológica. Por meio de um levantamento que envolveu a busca e a descrição, a classificação e a análise de mais de trezentos livros, artigos e ensaios publicados sobre o tema, selecionados entre os estudos clássicos de leitura obrigatória aos estudiosos do tema, de trabalhos exploratórios que mostram possibilidades inovadoras na área, e da literatura de ficção e relatos autobiográficos, as autoras agruparam esta produção científica de acordo com os temas: juventude e educação, juventude e trabalho, cultura jovem, participação social e política, situação no Brasil e no mundo.

Ao assinalarem que o tema da juventude é bastante antigo nas ciências sociais em geral, tendo se desenvolvido no campo da sociologia da juventude, as autoras referem que o levantamento realizado permitiu verificar que os trabalhos são bastante desiguais quanto ao timing e alcance de sua divulgação, além de diferirem quanto ao tipo de abordagem e obedecerem a ‘certos modismos que costumam permear as ciências sociais’ (CARDOSO e

SAMPAIO, 1995). Notamos aqui que não há uma linha de pesquisa voltada para a juventude e religião, as autoras supracitadas acima não tiveram acesso ou não consideraram relevante a produção bibliográfica que aproxima religião e juventude, pois não contemplam essa temática.

Apenas para uma citar uma referência dessas pesquisas voltadas para a juventude em junho de 2008 aconteceu o III Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira, no qual foram apresentados 248 trabalhos nas sessões de comunicação oral, notou-se que o maior interesse na temática pesquisada sobre juventude no Brasil é a da educação, seguindo da violência, vulnerabilidade e à exclusão, em seguida aparece o campo das questões culturais, étnicas e indenitárias seguidas das questões sobre sexualidade, saúde e gênero, perspectiva de cidadania ou política.

Nota-se que praticamente não há pesquisas (ou não aparecem na pesquisa) sobre organizações juvenis, nem sobre a realidade camponesa ou ligada ao meio ambiente tendo como base esse simpósio. Sabe-se que no Brasil os agrupamentos juvenis vinculados às instituições religiosas reúnem o maior número de jovens de maneira processual e sistemática, nesse sentido destacam-se os grupos de pastorais da juventude da IC (Igreja Católica), porém, praticamente não há pesquisas científicas que versem sobre essa temática ou experiência de sociabilidade e organização juvenil na atualidade brasileira.

2 A JUVENTUDE SE FAZ E SE REFAZ

A pesquisa que aqui nos debruçamos é fruto de uma longa experiência empírica pessoal dentro da PJ e de uma pesquisa bibliográfica sobre a história social da juventude confrontando com uma inquietação que vêm de encontro ao processo de formação dos jovens dentro de um espaço institucional e social. Compreendendo a religiosidade pelo olhar de George Simmel que a constitui como parte integralizante do ser humano. O seu conceito de fé demonstra claramente um fenômeno sociológico: a fé religiosa em si, nos outros e em Deus é o que consolida as relações sociais, até para discordâncias e oposição a determinada pessoa ou coletividade. É um dos construtos sociais mais remotos e funcionais responsável pela coesão da sociedade. Simmel ainda nos aponta que a religiosidade não precisa ser experimentada coletivamente, pois todos a tem dentro de si, tão natural como o prazer, a alegria, a dor e etc. nesse sentido todos os homens e mulheres são seres “imbuídos” de religiosidade.

A PJ acompanha e trabalha com as juventudes das diversas camadas sociais em especial as juventudes que vivem em vulnerabilidade social, a organização da PJ ocorre primordialmente a partir dos grupos de jovens também chamados de grupos de base, é nele que acontece o processo formativo integral do/a jovem, é no grupo e pelo grupo que a PJ acontece, este é Base de toda estrutura.

A Igreja em seus primórdios apresentou uma modelo de “fé colonizadora”, uma evangelização que não respeitava os povos e suas culturas, a igreja usava de um modelo de reprodução doutrinal de sua fé e seus dogmas, ou seja, os membros da mesma eram reprodutores desse modelo, não tinham autonomia de pensamento. Segundo Ruggiero Romano:

A Igreja [...] desempenhou um papel incontestavelmente negativo durante todo o período da “primeira” conquista. Assinalamos na primeira parte desta exposição: evangelizar essas populações, significa de fato — inconscientemente, apesar da melhor das intenções — torna-las ainda mais vulneráveis à agressão geral de que eram objeto. (ROMANO, 1972, p. 62).

A igreja hoje mostra um quadro totalmente diferente do que já foi no passado, mas isso não a inibe do processo de reprodução para manutenção da própria existência, dado isso a PJ sendo parte essencial da evangelização da juventude seria também apenas um objeto de reprodução social da igreja para as juventudes? E qual a relação da PJ com a religiosidade apresentada por Simmel e sua relação com o mundo? Qual a necessidade de criar um espaço

coletivo de experiência dessa religiosidade? E qual o papel da formação do jovem com a religiosidade?

Tais questões nos levaram a um estudo mais aprofundado da religiosidade da juventude e seu processo de socialização em grupos pastorais a luz do conceito de Socialização apresentado por Simmel, nesse processo os jovens engajados se veem como sujeitos, mesmo estando num espaço institucional e cheio de normas, mas é nesse espaço que esse jovem se faz e se refaz, num processo de educação que o forma tanto para dentro como para foras das paredes do catolicismo.

A IC tem uma atenção especial a juventude desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) com um olhar de cuidado, embora no passado tenha sido omissa e opressora percebe-se que houve avanços notórios estando mais aberta ao diálogo e as realidades dos jovens.

2.1 Pastoral da juventude e os processos que educam na fé

A Pastoral da Juventude (PJ) é a ação da Igreja Católica, por meio da qual ela ajuda o jovem a descobrir, assimilar e comprometer-se com a pessoa de Jesus Cristo e com sua mensagem, de sorte que, transformados em pessoas novas, integrando fé e vida, se convertem em agentes de construção da civilização do amor (CELAM, 2005. p. 176). A PJ é formada por jovens cristãos, católicos, organizados como ação da igreja evangelizando outros jovens, para capacitados atuem na própria igreja, nos movimentos sociais visando a transformação da sociedade.

O jovem, no processo de amadurecimento na fé, vai comprometendo-se com o estilo de vida de Jesus e com o projeto do Evangelho, localizado em sua realidade concreta. Com uma consciência crítica, opta com liberdade e com espírito solidário por caminhar com o outro procurando ser protagonista na construção do novo Céu e da nova Terra no meio do seu povo. Na medida em que se evangeliza, é evangelizado e leva ao seu meio específico os valores cristãos.

Como a realidade da juventude é diversificada, em todos os seus aspectos a PJ deve organizar, desde a nucleação, um processo de formação integral na fé, com passos pedagógicos apropriados, partindo da realidade e da experiência concreta de cada pessoa e grupo, despertando-a para o seguimento de Jesus Cristo e o compromisso com a causa da libertação dos oprimidos e marginalizados.

O jovem foge da solidão. Por isso construir-se como pessoa e participar na edificação dos outros devem ser desafios da PJ, através da comunicação e do intercâmbio, a partir do grupo de jovens. Ela vai ao encontro dos jovens, encarnando-se na realidade concreta da juventude, valorizando suas experiências, testemunhando e anunciando a Boa Notícia de Jesus Cristo. Ser presença e promover a vida, a dignidade, a solidariedade e a esperança frente às mais diferentes situações de marginalização e exclusão social. Segundo os documentos da pastoral, a pedagogia da PJ é a ferramenta que viabiliza o processo de evangelização junto aos jovens. Para seus integrantes, não é apenas os métodos e conteúdos. É, antes de tudo, uma forma de ser, de viver, de manifestar-se e de comunicar-se. Observamos que a pedagogia adotada na PJ se refere a diversos aspectos da existência dos sujeitos, expressando na realidade concreta no contexto social-político-religioso em que vivem.

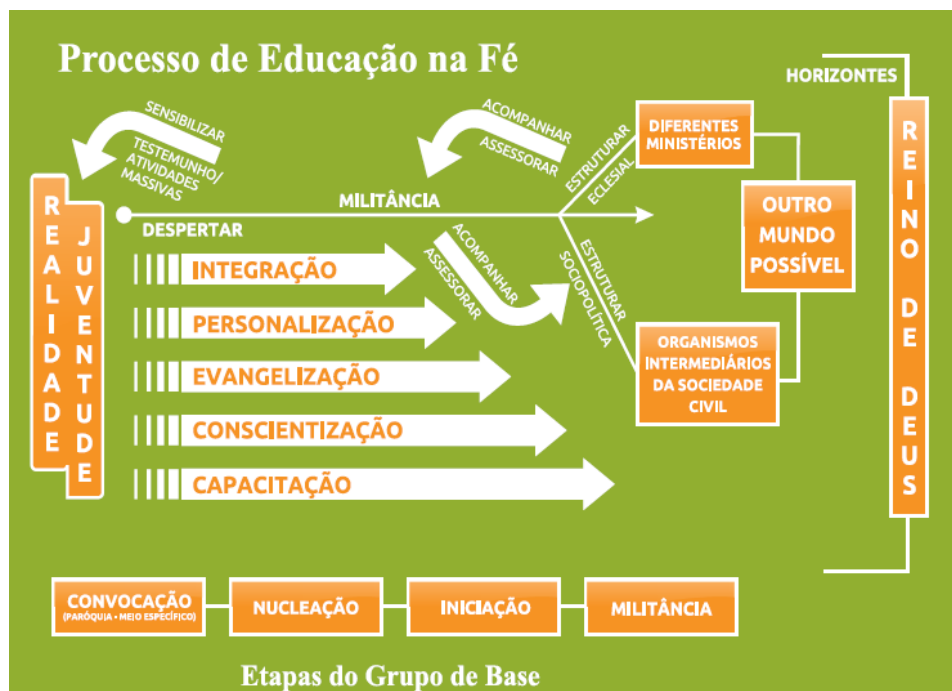
Uma pedagogia que acompanha o processo de educação na fé dos jovens procura inspirar-se na pedagogia de Jesus. Quando Jesus, o Filho de Deus, entra na história humana, busca conhecer melhor seu povo, suas inquietudes, seus sonhos e sua cultura. Relaciona-se com as pessoas em seu modo de viver, falar e agir. Estabelece uma relação de escuta, de diálogo, de compreensão com o povo simples e marginalizado e com ele propõe uma proposta de felicidade, de justiça e de igualdade. Resgata a dignidade da pessoa. De um sujeito passivo diante da realidade de dominação e de desigualdade social faz nascer um sujeito gerador de uma nova comunhão com os irmãos a partir da comunhão com o Pai. Neste contexto, Jesus Cristo é enviado a reinventar espaços para a presença do Reino. George Simmel (SIMMEL, 1997. p. 82-84) diz que “Jesus possui uma religiosidade forte, a mais forte, aquela certeza íntima incondicional, que é uma qualidade de sua humanidade”.

O grupo de jovens é a experiência central da proposta pedagógica e evangelizadora da PJ do Brasil. O grupo de jovens é o conjunto de jovens que se reúnem, de um modo mais ou menos estável, na comunidade paroquial ou em outros ambientes, passando pelas várias etapas, num processo de formação que os leva a um certo grau de discernimento e amadurecimento de sua vivência pessoal, grupal e comunitária. A opção pelo pequeno grupo se inspira na própria decisão de Jesus de formar seu grupo dos doze discípulos. Jesus também trabalhou com a massa e outros grupos de discípulos que enviava em missão, de dois em dois.

O grupo de jovens constitui um lugar de crescimento, amadurecimento, formação e realização pessoal e comunitária, porque cria laços profundos de fraternidade, onde cada um é reconhecido como pessoa e valorizado como tal. Permite partilhar critérios, valores, visões e pontos de vista. Ajuda a enfrentar os desafios desta etapa da vida, decisiva para o amadurecimento na fé e a integração social. Impulsiona a renovação permanente do compromisso de serviço e de colaboração com a Igreja e

com a sociedade na construção de um presente e futuro digno e solidário para todos. (CNBB, 1998, p. 41).

A proposta pedagógica da PJ se baseia no entendimento do/a jovem como sujeito da ação evangelizadora, a serviço da animação e organização das comunidades atuantes nos diferentes espaços da sociedade. A PJ sistematizou na sua caminhada “as dimensões da formação integral” e o “processo de educação na fé”, as opções pedagógicas adotadas por ela são: a importância fundamental do grupo de jovens, na formação integral, o trabalho diferenciado com os diversos tipos de jovens, a organização, a presença do acompanhamento e da assessoria e vocacionalidade, concretizando-se no projeto de vida, vejamos o quadro demonstrativo a seguir.



Quadro 1

Fonte(PJ, 2012, p. 54)

A formação do processo de educação na fé deve se mostrar como novidade para os jovens, negando um modelo de “evangelização colonizadora” pois embora haja um modelo pronto de formação, tem de respeitar as diversas realidades juvenis e apresentar um novo horizonte além do discurso da evangelização.

2.1 O método que fez e faz história- Ver- Julgar- Agir

O método da Ação Católica da JOC (Juventude Operária Católica), e depois dela assumido também por diversos outros movimentos e organizações juvenis e populares

vinculados à igreja, é o ver-julgar-agir-revisar-celebrar, sendo estes dois últimos passos acrescentados posteriormente no processo formativo, era necessária uma continuidade, pois já não atendia mais às necessidades quando parava no agir. Esse método é baseado na necessidade natural de unir a reflexão à ação.

Com o método, nós queremos: formar líderes que se engajem na transformação de seus meios (escola, trabalho, bairro, família), educar para a liberdade, formar para o senso crítico, desenvolver a pedagogia da formação na ação, ligar fé e vida e poder avaliar a caminhada dos grupos. (OLIVEIRA, 2002, p. 118).

O Ver (informar sobre a realidade): Supõe a apreensão dos fatos, suas causas e consequências. É preciso partir de fatos concretos, para não cair em abstrações vazias. Faz se necessário aprofundar às causas, perceber os conflitos e possibilitar uma visão mais ampla, que oriente para ações transformadoras. As ciências sociais são usadas na análise da realidade. É preciso que o jovem conheça a realidade em seus aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos, a nossa fé exige compromisso social, um engajamento em prol da vida para todas as pessoas da sociedade (IFJ- MA, 2007, p. 14).

O Julgar (formar novos paradigmas à luz da palavra de Deus): Julgar aqui significa fazer um juízo exato acerca da realidade; analisar as causas e consequências dos fatos; questionar criticamente o que se vê; discernir o que está ou não a serviço da vida. É fazer o “julgamento da realidade” a partir dos valores evangélicos (palavra de Deus), do bom senso e do respeito à vida digna e a dignidade humana.

O Agir (transformar a realidade): é o momento de concretizar, numa ação transformadora, o que compreendeu acerca da realidade. É o compromisso e a prática. São as decisões quanto ao futuro. Parte das necessidades das pessoas, é a busca por atacar as raízes dos problemas. Faz com que todos participem.

O Revisar (rever todo o processo): é o ato da avaliação. Trata-se de verificar o grau de cumprimento dos objetivos de assumir responsabilidades, de avaliar o processo, de se perguntar pelas consequências das ações realizadas e de encontrar formas para avaliar os avanços, superar as dificuldades e continuar avançando.

O Celebrar (Deus caminha conosco): é o momento de festejar e comemorar o processo, o descobrimento da realidade pessoal e social, o encontro e o compromisso pela transformação da realidade. Celebram-se as vitórias, as conquistas e os fracassos, as alegrias e as tristezas, as angústias e as esperanças, a vida do grupo, a penitência e a conversão, a união e a organização, enfim celebra-se a vida.

3 JUVENTUDE E CATOLICISMO NO BRASIL

A Igreja Católica (IC) na década de 20 via a crescente industrialização do mundo e a descristianização da sociedade que estava se afastando da igreja, que por sua vez estava desacreditada. O mundo vivia o período pós-guerra (1ª Guerra Mundial), aumentava a sombra do nazismo e do fascismo na Europa, a IC então inicia a busca de novos horizontes para a evangelização. O Papa Pio XI preocupado com a conjuntura que se encontrava a sociedade, lançou um desafio ao laicato da igreja, para que eles/as atuassem juntamente à hierarquia da igreja na evangelização, nesse período os leigos/as não atuavam de forma direta na evangelização das camadas sociais, este era um papel próprio da hierarquia da igreja, ou seja até aqui os leigos/as não tinham participação alguma nas tomadas de decisões da IC. Segundo Hilário Dick (1999) com o chamando de Pio XI os leigos/as também difundiriam os princípios católicos na vida individual, familiar e social.

Fariam crescer o Reino de Deus, recuperariam a credibilidade da Igreja, tirariam o povo da ignorância religiosa e recristianizariam a sociedade, ameaçada pelo ateísmo, comunismo, liberalismo, protestantismo, modernismo, materialismo e pelas seitas. Esse desafio foi chamado de Ação Católica (AC). (OLIVEIRA, 2002. p. 15).

Com a entrada nos meios específicos a juventude que fazia parte da AC plantou a semente de uma nova igreja e de uma nova sociedade. A Juventude passa a ser percebida como ator social fundamental para nova evangelização, alcançando principalmente a juventude operária.

Esse seria o pontapé inicial para a AC que iniciava uma nova fase da vida da IC, chegando ao Brasil em 1930, podendo ser dívida em: Ação Católica Geral (ACG) de 1932 a 1950 e Ação Católica Especializada (ACE) de 1950 a 1966.

Tinha suas raízes numa concepção italiana, mas estendeu-se para muitos países do mundo. O modelo de organização, como não podia deixar de ser, carregava em si uma visão política. Olhava o universo das pessoas formado por homens, mulheres, moços e moças. Era a sua forma política e ordenada de organizar o universo dos fiéis. Agindo desta forma - pensavam - poderiam alcançar seu objetivo: recristianizar o mundo. Uma tradução dessa Ação Católica Geral vivemos no Brasil com a formação, em 1932, da Juventude Feminina Católica. Mais adiante (1935) funda-se, no Brasil, a “Juventude Católica Brasileira”, a associação dos “Homens da Ação Católica” bem como a “Liga Feminina Católica” (DICK, 1999. p. 8).

Mesmo com o surgimento da ACG o leigo ainda estava submisso a hierarquia da igreja, segundo a mentalidade da época, eles foram formados para serem passivos diante de uma igreja clerical. Tal postura só iria mudar após o Concílio Vaticano II (1962-1965).

O cenário da década de 50 encontra-se dividido num mundo do pós-guerra, de um lado os países socialistas e de outro o crescente capitalismo, a igreja precisava ir ao encontro do outro, ir de encontro a juventude, a igreja rompeu as barreiras da sacristia indo de encontro aos jovens, nesse cenário a ACE:

Desenvolveu uma nova metodologia para enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação. Havia necessidade de partir da vida dos jovens. Surgiu o método Ver-Julgar-Agir, que continua sendo um importante instrumento na ação pastoral da igreja hoje. Os pequenos grupos e a organização dos grupos em rede se tornaram uma estratégia importante de envolvimento e formação dos jovens. Foi forjada uma espiritualidade que despertava os jovens para o engajamento na comunidade eclesial e na sociedade. Neste processo surgiu um novo tipo de agente evangelizador adulto que respeitava e promovia o protagonismo dos jovens, nos diferentes ramos da Ação Católica Especializada, JOC, JUC, JIC, JEC, JAC. (CNBB, 2007. p. 135).

Os grupos da Ação Católica Especializada - JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica) - marcados pelo método Ver-Julgar-Agir, pela Formação na Ação, pelos pequenos grupos, por uma pedagogia a partir da realidade e da vida dos jovens, e por uma prática transformadora, abriram caminhos para o surgimento de um novo jeito de ser da Igreja. A juventude constrói no seio da igreja uma espiritualidade libertadora, veremos mais adiante que a IC percebendo o valor dos jovens para ação evangelizadora e social, se molda de forma a acolher os jovens nas suas diferenças e peculiaridades, vendo na juventude uma semente profética e um novo horizonte para ação pastoral evangelizadora.

A igreja não precisa mais ser aliada do Estado, como no modelo de nova cristandade, para realizar a sua função na sociedade civil; ela mesma possui agora instituições para realizarem *diretamente* sua ação no mundo. Esta ação, no entanto, é desenvolvimentista, efetuada por minorias proféticas que agem “sobre” o povo. (DUSSEL, 1989, p. 54)

Dom Hélder Câmara funda CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ele havia sido assessor da AC desde 1947, com a ajuda de Dom Armando Lombardi e Mons. Montini (colaborador em Roma de Pio XXII), nesta época foram fundadas 43 dioceses novas, nesta época a CNBB estava nas mãos dos bispos do Nordeste. Trago aqui esse informe, pois nesse momento a igreja sofre uma transformação radical, em 1962 a CNBB declara que “ninguém pode ignorar o clamor das massas que estão sendo martirizadas pela fome” (DUSSEL, 1989, p. 53), é o início de uma igreja que tem opção preferencial pelos pobres e pela juventude, no cenário latino-americano a igreja ver na Teologia da Libertação crescente sede de justiça social para com os pobres e marginalizados. Com o Concílio Vaticano II (1962-

1965) sobre o papado de João XXIII, foi possibilitado outras formas de conceber a eclesialidade, ou seja, a visão sobre o significado da mensagem Evangélica que leva as práticas diferenciadas no interior da Igreja Católica. A 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que ocorreu em Medellín, na Colômbia em 1968, significou a aplicação do Vaticano II para a América-Latina, para Beozzo (1994) nesta conferência foram esboçados as diretrizes do que seria chamado de Teologia da Libertação (TL), valorizavam-se as comunidades de base, aprofundou-se a noção de justiça e paz, ligadas aos problemas da dependência econômica, colocando o empobrecido no centro da reflexão, essa teologia não considera o pobre como um objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação, para concretizar essa opção faz uso também das ciências humanas e sociais.

Segundo Lowy (2000) pela primeira vez na história da igreja latino-americana, foram denunciadas as estruturas do capitalismo por terem suas bases na injustiça e na violação dos direitos fundamentais da população. Souza (1982 p. 173-174) afirma que a conferência de Medellín foi o resultado de três grandes linhas de trabalho presentes na Igreja Católica Latina: a experiência da ACE, principalmente com as juventudes, pois os jovens conseguiram naquele momento produzir uma nova forma de participação através das massas e dos movimentos católicos, podemos dizer que após o Vaticano II se torna mais próxima dos povos e das juventudes, fica nítido nesse momento da história da igreja uma relação dicotômica, a igreja avança mas sem perder sua essência e tradição; a segunda linha de ação é a prática de atividades preparatórias para elaboração da ação; e a existência das comunidades de base.

Medellín desloca o acento do desenvolvimento para a problemática da libertação. Essa conferência define a juventude como grande força nova da pressão na sociedade, sendo um corpo social com ideias próprias e valores inerentes. Dessa forma segundo Sofiate (2012, p. 58) “propõe-se que se favoreça a construção de uma pastoral de jovens nas igrejas da América Latina, possibilitando intercâmbio das diversas experiências, sendo fundamental para o surgimento na década de 70, das primeiras articulações das Pastorais da Juventude do Brasil tendo como base a TL. O universo juvenil foi um dos grandes desafios desse modelo de Igreja que tomando como base as juventudes católicas dos anos 60, em meados de 1970 foi rearticulado no interior da IC uma juventude comprometida com as lutas populares.

A TL traz à tona uma forte demanda da com as classes populares e sua luta libertação. Leonardo Boff interpreta essa nova forma de ser igreja como uma Igreja no qual o Reino e o mundo são seus pilares de sustentação, Reino-Mundo-Igreja. A Igreja popular

ressalta a sabedoria do povo, vendo-o como vítima das estruturas sociais opressoras. Gutiérrez (2000 p. 40) defende que essa teologia propõe uma libertação total que abarca três dimensões:

Política, humana e religiosa. A libertação política consiste na libertação das situações econômicas e sociais de opressão; a libertação humana significa libertação interior, transformação pessoal; e a libertação religiosa é a libertação do pecado, [...] o significado do termo libertação possui três níveis: 1) aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos, libertação econômica, social e política; 2) aspiração pessoal, libertação dos homens/mulheres que assumem conscientemente seu destino; 3) aspiração religiosa, libertação de tudo que vai contra o projeto do Reino, abolindo a situação de injustiça vivida pelo povo na América Latina. (GUTIÉRREZ, 2000, p. 40).

Na TL usa-se o marxismo como ferramenta, de forma instrumental metodológica, pois revela uma forma de compreensão do mundo entres as quais: a importância dos fatores econômicos, a atenção à luta de classes e o poder mistificador das ideologias, inclusive religiosas, etc. Entende-se que Marx como qualquer outro marxista possa ser companheiro de caminhada, mas jamais ser o “guia”, pois o único Guia é o Cristo (BOFF, 1986, p. 46).

3.1 A ditadura militar e o protagonismo juvenil: as juventudes nadam contra a corrente

No Brasil, os primeiros estudos sobre o universo estudantil datam da segunda metade da década de 1960. Nesta época, sob o regime ditatorial, o país vivia um momento singular de sua história: a recente tomada do poder pelos militares, em 1964, daria o tom, nos anos seguintes, dos momentos difíceis de repressão e silenciamento pelos quais passariam o povo brasileiro e, em grande parte, seus jovens.

A ditadura militar durou 21 anos (1964-1985). A política é marcada pelo crescente autoritarismo, revogação dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores e censura prévia aos meios de comunicação. A maioria dos membros da ACE foram perseguidos e torturados, a sede por transformação e o anseio por liberdade foram elementos inspiradores para condução das ações políticas.

Até aqui a IC já havia dado alguns passos com a ACG e ACE, dando ao leigo possibilidade de construção de protagonizar junto às estruturas eclesiais, mesmo sendo submissos a hierarquia via-se o início de uma transformação no seio da IC, podemos dizer que é um prenúncio do que viria a acontecer alguns anos mais tarde, o Concílio Vaticano II.

A década de 60 foi palco do protagonismo da juventude, alguns pensadores como Furter e H. Lefebvre que perceberam um movimento geral da sociedade, a fase de transitoriedade da infância para a vida adulta, que foi sinalizada como a “civilização da

juventude”, que parecia uma ruptura entre a moral vivida, desenvolvendo-se uma identidade jovem fundada no sentimento de que era impossível ou inaceitável viver o mundo dos adultos ou sob o controle dos pais, tal como era. Veremos o que moveu a juventude nessa busca de liberdade e como a IC se posicionou frente ao golpe de 64. Karl Mannheim (MANNHEIM In: BRITTOS, 1968, p. 73-90) diz que a juventude constitui “*um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade. Ela tem de tornar-se a força desbravadora de uma democracia militante*”, essa força espiritual transformadora se encarna na juventude católica organizada em seus diversos movimentos de encontro, essa juventude encarna a *espiritualidade transformadora*, essa é umas das motivações pode-se assim dizer que levaram os jovens a um movimento orgânico de mobilização levando à *práxis*. A ACE serviu de referência a diversas gerações de jovens preocupados e articulados na construção de um “outro mundo possível”. Duas forças juvenis ganharam destaque a União Nacional dos Estudantes (UNE) e ACE como já fora dito.

Outro fator importante na organização juvenil da década de 60 foi a aproximação das “juventudes” à ‘corrente socialista’ a JOC em 1967 dizia num documento que “o marxismo para nós é uma doutrina como qualquer outra. O comunismo não nos assusta. Se o marxismo contribui para dar ao operário aquilo que ele precisa e permite a sua realização como indivíduo, não nos colocamos contra ele” (MURARO Apud TOMAZI, 2013, p. 82), essa ligação com o marxismo é outra *força motriz* que move a juventude da época aqui assinalada.

As perseguições da ditadura militar aos contrários ao regime levaram centenas de cristãos a serem perseguidos, torturados, sequestrados e até assinados.

Frei Tito de Alencar e Frei Beto padeceram quatro anos na prisão (com alguns anos de torturas, o que levou Frei Tito ao suicídio mais tarde). Os padres Rodolfo Lunkenbein (15 de julho de 1976) e João Bosco Penido Burnier (11 de outubro do mesmo ano) foram assassinados. Em 22 de junho de 1982 ainda foram condenados os padres Aristides Camio e François Gouriou a 15 e 10 anos de prisão, por seus compromissos em São Geraldo do Araguaia. (DUSSEL, 1989, p. 77).

A atuação da IC foi muito importante contra o regime de tortura e de perseguição implantado pela ditadura militar, a igreja foi uma das instituições da sociedade civil que podia ‘dar voz pública’ à resistência ao regime militar. A CNBB começou a denunciar publicamente as torturas que se alastravam por todo o país. Numa situação onde a censura calou muitas vozes, observa-se que a Igreja emerge como a voz de todos os perseguidos, de forma a unificar a luta pelos direitos dos que são oprimidos com a ditadura.

O jovem Edson Luís foi outro mártir da ditadura em nosso país, morto no dia 28 de março de 1968, o estudante paraense, com apenas 18 anos, foi assassinado pelo regime

militar no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro. Na época, os estudantes organizavam uma passeata para protestar contra o alto preço e a má qualidade da comida servida no restaurante. A Polícia Militar, que outras vezes já havia reprimido os estudantes no local, chegou ao restaurante com muita repressão.

Na invasão, cinco jovens ficaram feridos e dois foram mortos. Um foi Benedito Frazão Dutra, que morreu no hospital, o outro foi Edson, que levou um tiro covarde no peito, à queima-roupa, de uma arma calibre 45. Naquele momento, o jovem Édson Luís perdia sua vida e se tornava símbolo para a vida de muitos outros. Seu corpo foi levado pelos estudantes até a Assembléia Legislativa e velado à noite. Mais de 50 mil pessoas compareceram ao enterro, gritando palavras de ordem contra o governo e a violência: “Mataram um estudante. Podia ser seu filho!”, “Bala mata fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”. As manifestações de pesar e revolta aconteceram uma atrás da outra: greve nacional dos estudantes, luto por três dias no Rio de Janeiro, paralisação de espetáculos teatrais. (UNE, 2014).

Um legado deixado da ACG e da ACE foi a organização de uma juventude religiosa preocupada com os jovens dentro e fora da igreja ainda em plena ditadura militar, uma juventude com anseios de mudança, uma juventude que olha para os marginalizados assim como Jesus o Bom Pastor, olhou para seu povo sofrendo e assim fez uma revolução histórica, que hoje concebemos de “Cristianismo”. O legado deixado pela ACE a que me refiro especificamente é a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) que teve seus primeiros passos na década de 70 e início da década de 80, num amplo contraste sociopolítico, econômico e religioso que se encontrava o Brasil, nesse cenário surgiu a Pastoral da Juventude: organizada e transformadora, pensada a partir de uma nova prática da igreja, inserida no conjunto pastoral da ação evangelizadora e organizada em vários níveis (diocesano, regional e nacional) para responder aos desafios da juventude e ir de encontro aos jovens nas suas diversas realidades.

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), ao repensar a sua missão e a sua relação com o mundo, a Igreja gerou uma nova autoconsciência de si, e uma eclesiologia de amplas perspectivas para o trabalho pastoral. Lembramos de algumas características, conforme as DGAEv 29 (diretrizes da ação evangelizadora):

- a concepção de Igreja comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino.
- o reencontro da consciência de uma Igreja toda e sempre missionária.
- a consciência de Igreja-Povo de Deus, ressaltando o papel dos leigos e a corresponsabilidade de todos pastores e fiéis na missão evangelizadora.
- a redescoberta da Igreja Particular ou local.
- a valorização do mundo e das realidades terrestres.
- a abertura ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso.

Todas estas características foram iluminadas e adaptadas pela Igreja na América Latina através das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano em Medellín (1968) e Puebla (1979), revelando o rosto de uma Igreja verdadeiramente profética e que assumia a opção preferencial e evangélica pelos pobres.

Iluminada pelas orientações e avanços do Concílio Vaticano II, a doutrina social da Igreja consegue traduzir a realidade mundial e os anseios da humanidade e servem de sustento para muitos grupos e organizações. (CNBB, 1998, p. 29).

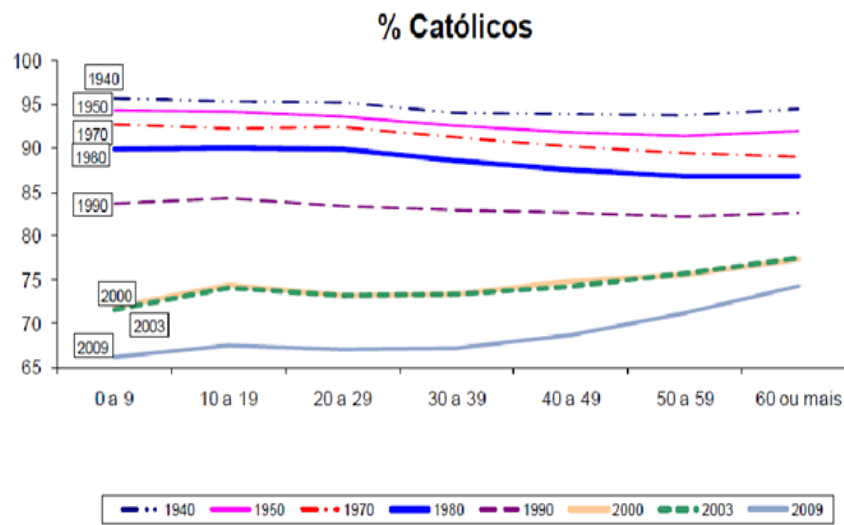
A ação pastoral passa a ser pensada em cada realidade juvenil, a igreja na América Latina volta o olhar para os “pobres e os jovens”, no Brasil estão organizadas quatro pastorais da juventude a Pastoral da juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral da Juventude (PJ). A PJ é uma organização ligada à Igreja Católica que trabalha com os jovens de diversas realidades e lugares por esse Brasil. Desenvolvem a formação integral do jovem e *processo de educação na fé* dentro dos grupos de jovens, afim de tornar os jovens cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. É no grupo de base ou comunidade jovem que os jovens descobrem valores como amizade, respeito, dinamismo, ousadia e protagonismo juvenil.

3.2 Retrato da Religiosidade no Brasil

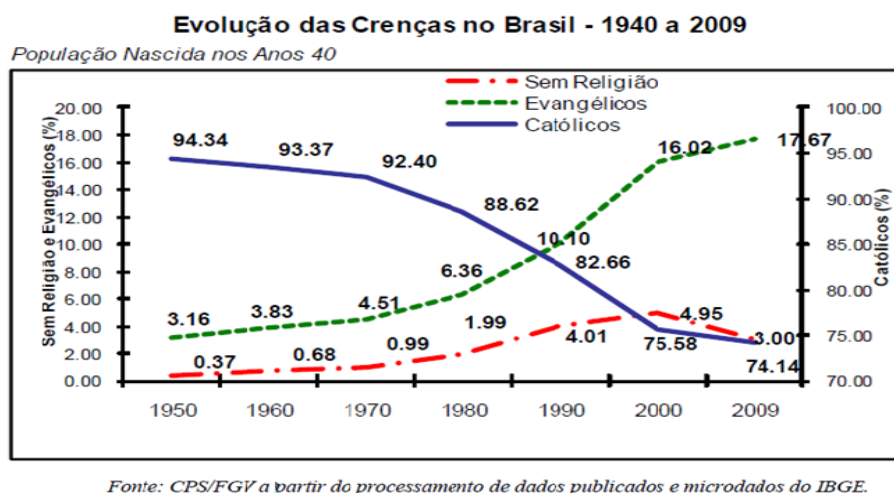
Uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulada o “Novo mapa das religiões” (FGV, 2011) com o objetivo de oferecer a sociedade brasileira o mais completo levantamento estatístico atualizado sobre a presença de diferentes religiões nos recantos do país. A pesquisa também traz um quadro sistemático da juventude e sua participação no mundo religioso, iremos apresentar aqui os dados referentes a essa presença da juventude no quadro religioso brasileiro que nos últimos anos têm-se pouco discutido e pesquisado no âmbito acadêmico com um número reduzido de trabalhos apresentados com essa temática da juventude e religiosidade no Brasil.

A pesquisa da FGV mostra um quadro sistemático da evolução das religiões no Brasil, enfocando a idade, geração, gênero, renda e etc., vamos nos atenuar no que diz respeito à participação da juventude no âmbito da pesquisa.

Vejam os dados daqueles que se consideram católicos, houve uma crescente queda do número de católicos no Brasil, principalmente do número de jovens, há uma diminuição do número de jovens Católicos e uma crescente demanda de jovens evangélicos, principalmente das igrejas pentecostais e neopentecostais.



A pesquisa também apresenta um gráfico geracional das crenças no Brasil, analisando os dois maiores grupos religiosos, percebemos a queda do catolicismo pelas linhas inclinadas para baixo. Analisando a mesma geração anterior, ou seja, nascidos na década de 40 e encontramos os seguintes índices: a taxa passa de 94,34% em 1940 (quando tinham entre 0 e 9 anos de idade) para 88,62% em 1980 (entre 30 e 39 anos de idade), 75,58% em 2000 (cinquentões) e 74,14% em 2009 (referente àqueles com mais de 60 anos de idade). O grupo de evangélicos caminha em direção contrária.



Como vimos a situação do quadro religioso no Brasil merece uma atenção especial, nota-se que boa parcela da juventude brasileira está inserida nas igrejas e movimentos religiosos, essa é uma forma de organização e protagonismo da juventude.

A juventude carrega consigo uma condição transitória e provisória, com significados simbólicos de potencialidades e fragilidade, de maturidade, que se abre para as múltiplas possibilidades e realidades vividas por jovens, rapazes, moças, de etnias e classes sociais diferentes. (TOMAZI, 2013, p. 130).

Aliada as expressões culturais e religiosas, uma outra condição juvenil é a sociabilidade/socialização que Simmel nos aponta na sociedade é feita a partir da reciprocidade.

3.4 Religiosidade como dimensão humana

A religiosidade é entendida segundo Simmel (1968) como uma dimensão humana, ou seja, todos e todas têm em si uma religiosidade que os envolve e lhes confere sentido à vida. Simmel concebe a sociedade como uma forma de reciprocidade “há sociedade onde há ação recíproca dos indivíduos e sociologia é o estudo das formas da socialização”, ele entende a sociedade de um ponto de vista dinâmico, que constantemente se faz e se desfaz e por isso que ele prefere falar de socialização e não de sociedade, no estudo dos múltiplos modos com que os homens entram em relação e fazem a sociedade. Religiosidade, portanto, será conceituada para Ribeiro (RIBEIRO, 2006 p. 115) da seguinte forma “uma dimensão humana, histórica e culturalmente determinada, que se abre à transcendência, mobiliza energias e se materializa em formas cognitivas e emocionais na construção de sentido para a totalidade da existência”.

O homem é naturalier religioso. A religiosidade é um modo de ser do homem, quer ela tenha, agora, um conteúdo, ou não, quer esta característica possa ser incorporada ou não, numa fé. Assim como é inteligente, erótico, justo ou belo, assim é religioso: o ser religioso, portanto, é uma maneira primária, absolutamente fundamental, do ser. (SIMMEL, 1968, p. 75).

Simmel é um crítico das religiões cristalizadas em conteúdos dogmáticos e quadros institucionais, ele assume uma postura “agnóstica”, mas reconhece a dignidade desse fato e sua permanência conforme, Ribeiro (2006).

Para esse pensador, os objetos religiosos são exclusivamente fatos da consciência, representações dotadas de sentido e fontes de energia para quem acredita neles. Ao postular que a dimensão religiosa é radicalmente humana, Simmel revela sua natureza profunda, a se recriar permanentemente na história, nas manifestações culturais e na multidão de ações interindividuais. (RIBEIRO, 2006, p. 115).

O fenômeno religioso é dinâmico e evolutivo, também é um fato histórico que tem sentido e está intrinsecamente ligado ao “divino”. Simmel segundo Ribeiro (2006) analisa

a religião ao mesmo tempo como *forma* e como *conteúdo*, de um lado como a formalização particular da existência humana, *formas* são categorias *a priori* da experiência histórica que permitem estruturar o real numa multiplicidade de perspectivas - ora artística, religiosa, científica, ética ou lúdica. As formas são aplicáveis a todo e qualquer conteúdo, o que explica a diversidade, mas também a unidade de mundos que modelam, do outro lado temos o conteúdo particular que entra nas formas gerais de socialização, *conteúdos* são as pulsões, interesses, objetivos, tendências e movimentos psíquicos que se tornam sociais quando se inscrevem concretamente no Estado, em comunidades religiosas, grupos econômicos, famílias e outros. O ser religioso, artístico ou científico não existe em estado puro, estes fazem combinações singulares dessas formas.

O religioso não se define unicamente através dos objetos sociais (as “religiões”) nas quais se manifesta de modo compacto e concentrado. O religioso é uma dimensão transversal do fenômeno humano, que trabalha de modo ativo ou latente, explícito ou implícito, em toda a espessura da realidade social, cultural e psicológica, segundo modalidades próprias a cada uma das civilizações. (HERVIEU-LÉGER, 1999. p. 19).

A religião para Simmel é uma forma de ressignificação do mundo, ou seja, uma formalização particular do mundo, “o religioso não constitui um setor particular da realidade social, que se justapõe aos outros, mas uma formalização de toda a vida, na realidade, existe ao lado de outras formalizações – artística, científica etc.” Simmel não se interessa pela realidade dos objetos religiosos, ele os apreende apenas como fatos de consciência, representações que fazem sentido para as pessoas que deles são portadoras e que são fonte de energia para elas.

Antes de ser um mundo objetivo de crenças sedimentadas culturalmente e reguladas institucionalmente com mais ou menos sucesso, a religião constitui de início, para Simmel, uma função “subjéctiva humana”. Assim como precisamos distinguir entre o processo pensante e o mundo objetivo que constitui seu conteúdo, devemos também distinguir entre o conteúdo religioso em sua existência e valor objetivo, e a religião considerada como função subjéctiva humana. E assim como o conhecimento não cria a causalidade, e sim a causalidade o conhecimento, “do mesmo modo, não é a religião que cria a religiosidade, e sim a religiosidade que cria a religião”. (HERVIEU-LÉGER & WILLAIME 2009, p. 136).

Simmel (apud IVERNEL, 1999) concebe a religião ainda como “*coincidentia oppositorum*”, a coincidência dos opostos, uma expressão de Nicolau de Cusa (séc. XV), “as tendências incompatíveis da alma encontram a pacificação e a solução de suas contradições na atitude religiosa”, pois a religiosidade introduz na existência uma unidade de sentido mais profundo. A religião é posse e desapossamento, ter e não-ter. Para Simmel, tanto a miséria como a opulência geram deuses, tanto a pobreza como riqueza geram religiosidade, no

entanto como a religião pode dar um sentido tanto à riqueza quanto à pobreza, por esse motivo não é redutível, pois não legitima nem uma nem outra; “a religião brota do demasiado cheio da alma que, não tendo mais lugar suficiente para conter sua felicidade, projeta-a, por assim dizer, no infinito, afim de que este restitua a felicidade a ela” (SIMMEL apud IVERNEL, 1999, p. 132).

Simmel define ainda a religiosidade como “piedade”, um tipo particular de sentimento emocional. A piedade, que é a religiosidade num estágio quase fluido, não se cristaliza, necessariamente, em formas estáveis de comportamento em relação aos deuses, isto é, em “religião”, mas permanece como uma atividade do espírito que permite a sua formação, “há uma extraordinária analogia entre o comportamento do indivíduo com relação à divindade e seu comportamento para com a sociedade” (SIMMEL, 1997, p. 157).

Fonte da piedade, a fé é, sobretudo, uma atitude de confiança, uma relação entre humanos. Segundo Willaime (2001) essa fé prática pode estabilizar-se na sociedade, na família, em si mesmo e em Deus (objeto de crença por excelência). Para Simmel (1997), esses aspectos manifestam a capacidade de a fé harmonizar a vida em suas fontes mais profundas.

É usual que a fé em Deus e em si-mesmo ofereçam um senso de confiança no futuro. Considere-se quantas coisas se pode fazer pelo simples motivo de que se acredita que se pode fazê-las. A fé prática é uma qualidade fundamental da alma e é sociológica na essência, isto é, se concretiza como uma relação com alguém exterior ao eu. Ela é à base da natureza humana. As diferentes formas de fé (em outra pessoa, em si-mesmo, em Deus) encontram-se tão relacionadas porque são variadas expressões (sociológicas) da mesma tensão espiritual. (SIMMEL, 1997, p. 169)

O homem experimenta tanto um desejo de liberdade quanto um desejo de dependência, desejando ora ser um todo ora ser um membro de um todo. Simmel nos apresenta uma ideia de construção de uma unidade social, dando o exemplo de “modelagem religiosa”, ou seja, é representação ideal de concordância e de luta entre seus membros, “a construção da unidade social provoca uma reação religiosa, se orienta na direção de um Ser autossuficiente, a quem damos o nome de Deus” (SIMMEL, 1999, p. 92).

Ao pensarmos como a juventude vive essa religiosidade, estamos buscando como a religiosidade confere e dá sentido aos jovens, neste caso específico, os jovens que estão inseridos nos diversos grupos de jovens que fazem parte da Pastoral da Juventude, como Simmel já nos disse, a religiosidade faz parte da dimensão humana e lhe confere sentido à vida. Segundo Tomazi (2013) as explicações tradicionais da religião, tais como a de fato social de Durkheim, de ideologia encontrada em Marx ou a de modelo mental de Weber,

parecem insuficientes quando se pretende compreender o sentido e o significado da religião para os jovens hoje. O cotidiano juvenil é rico de religiosidades.

3.5 Secularização

A palavra secularização vem de *saeculum*, que, no latim clássico, significava “século” (período de cem anos) e também idade, época. No latim eclesiástico, adquiriu o significado de o mundo, a vida do mundo e o espírito do mundo, sendo por esta via que se chegou ao sentido da palavra “secularização”. O “secular” é uma categoria que se desenvolveu dentro da cristandade latina, remetendo ao tempo profano ou mundano em contraste com tudo aquilo que se referia ao eterno, sagrado, constituindo um termo de uma díade cujo significado foi sendo transformado à medida que seu contraponto se alterava, de maneira que a separação clara entre uma ordem imanente e outra transcendente, de cunho eminentemente religioso, preparou paradoxalmente o terreno para uma afirmação de autossuficiência do secular.

Segundo Libânio (2011), o jovem que vinha de família tradicional e cultura religiosa mantinha facilmente a reprodução das práticas religiosas no seio da família e da sociedade. A religião constituía-se horizonte de segurança e lhe concebia paz interior, a fé que trazia de casa o motivava e lhe servia de referência principal a comportamentos e valores. Para o autor ao entrar na modernidade, sobretudo urbana, a religião sofre processo de secularização. Aos poucos as práticas religiosas se esvaíam. A dimensão sagrada da existência cede lugar à valorização da própria liberdade e escolha pessoal, sem o peso da tradição, ou seja, a cultura afirma a autonomia das realidades terrestres, reduzindo o espaço visível da religião. Ocorre um processo de secularização na qual as práticas religiosas foram sendo, progressivamente, relegadas aos espaços e às camadas sociais mais distanciadas do avanço das ciências, houve uma marginalização delas para os espaços menos visíveis e dominantes da sociedade moderna.

Surge uma nova forma de conceber a religiosidade juvenil, os jovens tendem a aliviar a religião como peso, manifestam-se para dar-lhe tom de festa, de prazer e de uma experiência gratificante, nesta concepção os jovens influenciaram no fazer religioso e desencadearam mudanças significativas no seio das igrejas, como a escuta da experiência dos jovens e o respeito às diversas realidades juvenis, podemos dizer que isso gerou uma nova forma de conceber a evangelização das juventudes, de forma “inculturada”.

O processo de secularização moderno é mais um caminho de transmigração que de abandono do sagrado, para Tomazi (2013, p. 196)

“A negação do sagrado é, na verdade, a consagração daquilo que o nega. Quando a razão e a ciência procuram avançar em detrimento do dado religioso é porque elas próprias assumem essa perspectiva projetando-se como sagradas, [...] as múltiplas manifestações do ‘sagrado’ presentes hoje se, por um lado, foram ‘secularizadas’, por outro, podem expressar o reaparecimento da sensibilidade diante do mistério, do transcendente, do utópico”.

Como a pertença religiosa hoje é livre, não é mais transmitida de geração em geração, mas, sim, segundo os desejos e escolhas pessoais, e como os desejos do indivíduo são quase sempre insaciáveis, o trânsito religioso tende a se tornar regra, e novas formas de religiosidade são criadas quando as antigas são rejeitadas.

3.6 A relação juventude e religiosidade

A participação da juventude na construção da sociedade na contemporaneidade é algo “novo”, os jovens têm sede de novidade, a relação da juventude com a religiosidade é um processo que vai de encontro a esses anseios, tomando as realidades juvenis ponto inicial o processo de socialização com o mundo, com os outros e com o sagrado que não aparece mais distante e longe do alcance das juventudes. A juventude e a religião na sociedade brasileira atual, segundo Novaes e Fonseca concluíram que:

Na emergência de um mundo religioso plural, já há um pluralismo religioso que se faz presente no seio das famílias, nas escolas, em espaços públicos. Conflitos não estão ausentes. Mas os jovens convivem hoje com velhos e novos fundamentalismos, assumidos sincretismos, crenças seculares e religiosas na sociedade e na família. Diferentes trajetórias religiosas juvenis se inscrevem em um campo de possibilidades em que se pode escolher entre vivenciar a libertação (ou escolha) da religião familiar de origem; fazer novas escolhas religiosas que não faziam parte da experiência de gerações anteriores e, ainda, de ser religioso sem religião. O desafio será sempre não desconsiderar essa importante dimensão da vida dos jovens, mas também não tratá-la isoladamente como se as religiões e religiosidades não estivessem no mundo sempre grávidas de historicidade. (NOVAES & FONSECA apud Tomazi, 2013, p. 232).

Não são poucos os casos em que muitos jovens se movem mais em torno de questões simbólicas que em torno de benefícios materiais. As mediações simbólicas, para uma parcela significativa da juventude, são tão ou mais importantes quanto a renda, ao menos para aqueles aos quais as necessidades básicas se encontram supridas. Nesse sentido, pode-se falar em “poder simbólico”, tal como utilizado por Bourdieu (1989, p. 08), como sendo “um poder

de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social”.

Segundo Bourdieu (1989, p. 10), “a religião, como estrutura estruturante, exerce um poder sobre as pessoas porque comporta símbolos estruturados e [...] e os símbolos são instrumentos por excelência da integração social”. Dessa maneira não se pode reduzir as práticas religiosas a atos de alienação, ignorância ou masoquismo, mas se deve compreendê-las como parte constituinte e constituidoras da cultura.

Em contraste a todas essas discussões em volta das realidades juvenis e do seu fazer religioso na sociedade a IC através do documento da Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB), intitulado “*Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas Pastorais*”, fala da juventude como realidade teológica, especialmente nos números 80 e 81. É um modo de conceber a juventude:

O jovem necessita não somente que falemos para ele de um Deus que vem de fora, mas de um Deus que é real dentro dele em seu modo juvenil de ser. A evangelização da Igreja precisa mostrar aos jovens a beleza e a sacralidade da sua juventude, o dinamismo que ela comporta, o compromisso que daqui emana, assim como a ameaça do pecado, da tentação do egoísmo, do ter e do poder e com isto, auxiliar também na conscientização de tudo aquilo que procura danificar esta obra de Deus. Uma verdadeira espiritualidade possibilita ao jovem encontrar-se com a realidade sublime que há dentro dele, manter um diálogo constante com aquele que o criou. Considerar o jovem como lugar teológico é acolher a voz de Deus que fala por ele. A novidade que a cultura juvenil nos apresenta neste momento, portanto, é sua Teologia, isto é, o discurso que Deus nos faz através da juventude. De fato, Deus nos fala pelo jovem. O jovem, nesta perspectiva, é uma realidade teológica, que precisamos aprender a ler e a desvelar. Não se trata de sacralizar o jovem, imaginando-o como alguém que não erra; trata-se de ver o sagrado que se manifesta de muitas formas, também na realidade juvenil. Trata-se de fazer uma leitura teológica do que, de forma ampla, chamamos de culturas juvenis. Numa época em que se fala tanto de inculturação ou – em outros termos – de encarnar-se na realidade, de aceitar o novo, o plural e o diferente, na evangelização da juventude, estaremos diante de feições muito concretas e imprevisíveis. Dizer que, para a Igreja, a juventude é uma prioridade em sua missão evangelizadora, é afirmar que se quer uma Igreja aberta ao novo, é afirmar que amamos o jovem não só porque ele representa a revitalização de qualquer sociedade, mas porque amamos, nele, uma realidade teológica em sua dimensão de mistério inesgotável e de perene novidade. (CNBB, Doc. 85, p. 54-56)

A IC apresenta um olhar teológico sobre a juventude, lhe conferindo como “sagrado”, ou seja, “o divino no jovem”. Se, contudo, o divino está em tudo – sem desejar falar de algo “mais” – este divino não se expressa de forma multicolorida? Sem negar a beleza infinita de um divino numa criança ou num velho, quando se fala do “divino no jovem” estamos falando, contudo, de uma expressão divina muito especial. “Especial” porque – além de tudo – é um divino que penetra, pela primeira vez, na compreensão de quem é divino. É algo que não é só experimentável (por ele/a e pelos outros), mas também compreensível e

abraçável. Dar-se conta que o divino vive em nós não acontece sempre. Trata-se do divino da vivência grupal, da vivência festiva, da vivência amorosa, da doação aos outros, da beleza da fidelidade como expressão da “aliança”, do sentido do amor etc. Trata-se de um Deus que não só vem “de fora” – como dizem os bispos – mas que existe e se descobre dentro da intimidade mais profunda do jovem.

Comparado a religiosidade que Simmel nos apresentou no capítulo anterior, nota-se uma forte semelhança de como a religiosidade se manifesta no ser, ou seja, quando os bispos dizem que o jovem é lugar teológico, afirmam que “*Deus habita neles e fala por eles*” logo são imbuídos de uma forte ligação com o sagrado, no entanto fica uma questão que precisa ser pensada, qual a necessidade de uma experimentação coletiva da religiosidade e como a PJ contribui para a práxis dessas juventudes na sociedade? A proposta da PJ é que esse jovem se torne sujeito social, usando a metodologia do ver –julgar e agir, o jovem está envolvido no processo da construção formativa, a motivação não é somente religiosa, tem a motivação da amizade, do namoro de estar num grupo e também do sagrado, o jovem vive uma dimensão de formação integral com a sociedade.

Simmel (1983) acredita que a religião consegue dar unidade (integrar a parte ao todo, sendo a parte o próprio todo) sem se valer dos processos sociais: competição, diferenciação e divisão do trabalho. E a religiosidade, entendida como manifestação pessoal de fé, em uma busca por experiências e valores que transcendam a dimensão material e corporal, dá sentido à existência do indivíduo no mundo e equilíbrio para os diferentes aspectos da vida (social, afetivo, emocional, espiritual), determinando dessa forma, o comportamento e as ações deste indivíduo, de seu grupo social e mesmo de uma coletividade.

Como as organizações vinculadas ao mercado e o Estado não conseguem responder de modo satisfatório às angústias da vida em sociedade, novos caminhos foram buscados. E a religião foi um dos caminhos trilhados.

Num estudo mais reflexivo apresentou-se a temática da juventude com a religiosidade, tendo como base a ação da Pastoral da Juventude e sua organização nos grupos de jovens, e como a juventude manifesta sua religiosidade no coletivo e a importância para sua formação integral.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi abordada a história social da juventude com um caráter analítico com a perspectiva de entender como se deu a construção social da juventude ao longo da história da humanidade. A invenção da juventude pela modernidade trouxe a tona um leque de estudos sociológicos e históricos desse novo seguimento social, a juventude foi reconhecida como sujeitos importantes para o desenvolvimento e manutenção da sociedade.

Foi possível perceber no rápido resgate histórico da juventude, protestos juvenis sempre existiram. Mudam as situações e os objetivos, mas eles se fizeram presentes em toda a história. Sempre que se amplia os horizontes, abrem-se novas possibilidades de vida, cresce a consciência diante de situações inaceitáveis; formas diferentes de vida se tornam conhecidas e sedutoras, os protestos aparecem, tendem aglutinar um maior número, até que os velhos paradigmas e as velhas muralhas caíam e se abram mais espaços para as novas situações, perspectivas e alternativas.

Não se pode afirmar que na atualidade toda a juventude esteja lutando para mudar a sociedade; todavia não se pode negar que boa parte dela participa, sendo inclusive sujeito e protagonista desse movimento ou processo.

Ao analisar os dados de diversas pesquisas sobre a identidade religiosa juvenil na atualidade brasileira, com ênfase na juventude católica brasileira, percebeu-se a existência de elementos ambíguos e contraditórios, acompanhados de uma identidade que passa pela alteridade, sendo construída historicamente mediante os processos de socialização, embasados em uma perspectiva utópica. Ao falar de identidade juvenil não se apresentou uma espécie de essência ou originalidade juvenil nem mesmo uma teoria da juventude, mas, sim, sugeriu-se um olhar focado nos atuais desafios enfrentados por jovens que se identificam com portadores de uma nova sociedade. Eis a razão de uma abordagem sociopolítica da religião cristã e os desafios que ela apresenta aos jovens, na história, a presença e a possibilidade de uma força, de uma práxis ou de uma utopia revolucionária da religião.

A juventude, em geral, sente dificuldade de adaptar-se à vida coletiva, e a sua oposição às condições de vida “adulta” não se manifesta de forma generalizada, mas diversa, histórica e culturalmente. É comum a existência de grupos informais de jovens que vivem a margem da sociedade e cujas condutas procuram expressar a sua resistência até mesmo com certa agressividade com a “ordem” estabelecida.

Num estudo mais reflexivo apresentou-se a temática da juventude com a religiosidade, tendo como base a ação da Pastoral da Juventude e sua organização nos grupos

de jovens, e como a juventude manifesta sua religiosidade no coletivo e a importância para sua formação integral. Pode-se concluir afirmando que, além de a religião ser uma instituição e, por isso, digna de reconhecimento enquanto objeto de estudo, há que considerar que a perspectiva religiosa, da qual emergem experiências diversas e um sentimento unânime dos crentes de todos os tempos, não pode ser puramente ilusória. Pode-se constatar que, ao contrário do que afirmaram alguns, a religião, além de ser “uma rede símbolos criados culturalmente”, revela algo essencial e permanente da humanidade.

Noutros tempos, a sobrevivência da vida social dependeu da religião; agora, a busca de sentido para vida procura a religião. Em meio à realidade humana de dor e de morte, a imaginação cria mecanismos de consolo e de fuga, por meio dos quais o ser humano pretende encontrar, na fantasia o prazer que a realidade lhe nega.

Não encerra aqui este trabalho, este é um pequeno passo para entender a relação do sagrado com o jovem, a mística, anseia por um ninho. Por isso se fala de *lugar*. Esse *lugar teológico* é muito concreto: uma cidade, uma casa, um/a jovem, uma região. Ele/a, contudo, pode ser mais do que simplesmente isso, porque no processo de amadurecimento da fé ele/a pode tornar-se um *sacramental*. O *lugar* se torna sagrado quando se reveste de sentimento. Assim, também, com a juventude.

REFERÊNCIAS

- AYMARD, Maurice. “**Amizade e convivialidade**”. In CHARTIER, Roger. História da vida privada. São Paulo: Cia. das Letras, Vol. 3, 1991.
- BORAN, J. **O Futuro tem nome: juventude; sugestões práticas para trabalhar com jovens**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- CACCIA-BAVA, Augusto (et. all.). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras-CEBRIJ, 2014.
- CARDOSO, Ruth, & SAMPAIO, Helena Santana. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: Edusp, 1995.
- CASSAB, Clarice. **Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução**. Juiz de Fora: Locus: revista de história. v. 17, n.02. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/1687-5204-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 12 mai. 2016.
- CELAM. **Civilização do amor: Projeto e Missão**. Trad. Pe. Paulo Ferreira Valério. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. “**Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**”. São Paulo: Paulus, 1998. (Coleção Estudos, 76).
- _____. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. São Paulo: Paulinas, 2010. (Documentos da CNBB, 85).
- COIMBRA, C. & NASCIMENTO, M. L. do. “Jovens pobres: o mito da periculosidade”. In: FRAGA, P.C.P. e JUNIANELLI, M.A.S. (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DICK, Hilário. **O caminho se faz - História da pastoral da juventude do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 1999.
- DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)**. São Paulo: Paulus, 1989.
- FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.
- FRASCHETT, Augusto. “O mundo romano”. In. LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.). **História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, vol.1.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÉS, P. & DUBY, G. (Orgs.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1991.

GROPPO, Luis Antônio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **Le pèlerin et le converti**. Paris: Flammarion, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 11 de Dez. de 2016.

IFJ- MA. **Guarnicê: Organizando a juventude para o compromisso e a fraternidade**. São Luís: IFJ, 2007.

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempos de pós-modernidade: considerações sócio culturais e pastorais**. São Paulo: Loyola, 2004.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTOS, S. (Org.). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx a América Latina de hoje**. Rio de Janeiro; 1968.

NERI, Marcelo Cortes. **Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NOVAES, Regina e VITAL, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Andrés Thompson (org.) **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Ed. Peirano, 2006.

NUNES.B.F; WELLER.W. **A Juventude no contexto social contemporâneo**. Revista do Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 9, n. 02. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/254>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

OLIVEIRA, Rogério de. **Pastoral da Juventude: e a igreja se fez jovem**. São Paulo: Paulinas, 2002.

OMS/OPS. **La salud del adolescente y el joven em las Américas**, D.C. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=375749&indexSearch=ID>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PAIS, J.M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1993.

PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude atribuídos a representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G. e SCHIMITT, J.C. **História dos jovens I: da antiguidade a era moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PERROT, Michelle. “Figuras e papéis”. In: ARIÉS, P. & DUBY, G. (Orgs.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1991.

PJ - Pastoral da Juventude. **Somos igreja jovem**. Brasília: FTD, 2012.

RIBEIRO, Jorge Claudio. **Georg Simmel, Pensador da Religiosidade Moderna**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2006/p_ribeiro.pdf>. Acesso em : 21 ago. 2016.

SIMMEL, Georg. **L’etica e i problemi della cultura moderna**. Napoli: Guida, 1968.

_____. **Essays on Religion**. Yale: Yale University Press - Durham, 1997.

_____. **Études sur les de la socialization**. Trad. Lilyane Deroche- Gurcel e Sybille Muller. Paris: PUF, 1999.

_____. **La religion**. Trad. Philippe Ivernel. Paris: Circé, 1999.

_____. **Simmel**. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 34).

SOFIATI, Flávio M. **A juventude no Brasil: história e organização**. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofati.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

TOMAZI, Gilberto. **Juventude: protagonismo e religiosidade**. São Paulo: Paulinas, 2013.

UNE. **Edson Luís**: "Mataram um estudante. Podia ser seu filho". Disponível em: <<http://www.une.org.br/2014/03/edson-luis>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

VEYNE, Paul. “O império romano”. In: ARIÉS, P. & DUBY, G. (Orgs.) **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, vol. 1.

WILLAIME, J-P. e HERVIEU-LÉGER, D. **Sociologies et Religion - approches classiques**. Paris: PUF, 2001.